

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ESPAÇO ESCOLAR

Emanuelli Luisa Johann

Lajeado, junho de 2015

Emanueli Luisa Johann

A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ESPAÇO ESCOLAR

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II (TC II), do Curso de Pedagogia, do Centro Universitário UNIVATES, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Danise Vivian

Lajeado, junho de 2015

AGRADECIMENTOS

O que faz a minha vida ter sentido são os encontros que ela me proporciona com pessoas que fazem com que eu seja grata pela oportunidade de viver!

Ao concluir essa etapa, sou grata em especial...

À minha amada mãe Claidis A. Hoppe Johann e meu irmão Ismael L. Johann, que nunca mediram esforços para que eu pudesse concretizar meus sonhos.

Ao meu amado pai Rudi Johann, que deixa uma saudade sem tamanho o que é a prova de que o amor transcende o corpo físico.

Ao meu grande amigo, companheiro e namorado Mateus Meneghini, pela compreensão e carinho durante essa caminhada.

À minha querida orientadora, Danise Vivian, pela parceria e dedicação durante essa etapa.

Às minhas grandes amigas e companheiras de curso e de vida, Camila Gräbin, Joice Fritzen e Laura Kreutz!

À oportunidade de ser “pibidiana”, o que foi essencial na minha formação, por toda experiência, dúvida e alegria. Em especial, sou grata aos meus colegas e parceiros de PIBID, que se tornaram grandes amigos.

A todos os professores da Univates, em especial à Daiani Clesnei da Rosa e à Silvana N. Martins que me guiaram pelas curvas de “fazer pesquisa”.

À direção, professores e funcionários da Escola parceira dessa pesquisa, em especial à professora titular e aos alunos da turma 51.

Gratidão!

Da Minha Aldeia

“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.”

(Fernando Pessoa - heterônimo Alberto Caeiro)

RESUMO

Estar presente, ter a oportunidade de falar, de opinar, de votar, tomar decisões e de ser ouvido são situações constantes no dia a dia da vida social e que estão associados ao direito de exercer a cidadania, através da participação na sociedade. Tendo em vista que a escola é um espaço democrático, de cidadania e de convivência, este estudo tem como foco compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Diante disso, foi preciso entender o conceito de participação, na perspectiva de diversos referenciais e da legislação vigente no país. Além disso, foi preciso compreender a gestão democrática e participativa, e os movimentos que alunos, professores e comunidade têm nesse estilo de gestão. Entender o histórico da escola e as transformações pelas quais ela perpassou foram de grande importância para analisar como a participação estudantil vem se constituindo na escola atualmente. A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa, sendo que a análise dos dados deu-se através da elaboração de categorias de análise tendo em vista os objetivos propostos para a pesquisa. E, para compreender qual a participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas, bem como para analisar como alunos e professores narram o processo participativo dos discentes na escola, a coleta de dados se deu através de três instrumentos, sendo eles: entrevista com duas gestoras e a professora titular da turma observada, questionário com professores da escola e observações de aula de uma turma de quinto ano, com o apoio de um diário de campo. A partir da análise dos dados coletados, cabe destacar que, diante das decisões pedagógicas, os alunos possuem uma participação que se restringe a idade, o espaço e a maturidade. Já nas decisões administrativas, professores e gestores afirmam que essa é uma instância que cabe somente à direção e aos professores da escola. Por fim, foi possível concluir que a participação assume diversos significados para professores, alunos e gestores, impossibilitando que seja assumido apenas um significado.

Palavras-chave: Participação estudantil. Espaço escolar. Gestão democrática.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A escolha	13
Figura 2 - A criança olhada sempre do alto.....	26
Figura 3 - Os perigos de um mau tempo inteiro	30
Figura 4 - Não conhecer os seus próprios limites não permite dar-se com os outros	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O que significa “participar” no espaço escolar?	61
Gráfico 2 - Quem participa mais nas dinâmicas da escola?	62
Gráfico 3 - Onde você observa que o aluno participa mais?	63
Gráfico 4 - Quem mais participa das decisões administrativas escolares?	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PARTICIPAÇÃO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	13
3 PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR	21
3.1 Institucionalização da educação: uma viagem histórica	21
3.2 Constituição do aluno no espaço escolar	26
4 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO	30
5 GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA ESCOLA	34
6 METODOLOGIA	39
7 ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO ESPAÇO ESCOLAR	44
7.1 Participação: para o presente ou para o futuro?	45
7.2 O que é participar na escola?	52
7.2.1 O que é participar na percepção dos alunos? Algumas considerações e impasses	52
7.2.2 O aluno participativo pelo olhar dos professores e gestores	60
7.2.3 A participação estudantil na esfera administrativa	67
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES	81
APÊNDICE A – Termo de consentimento dos alunos	82
APÊNDICE B – Termo de consentimento dos pais/responsáveis	83
APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas.....	85
APÊNDICE D – Termo de consentimento de professores e equipe diretiva	86
APÊNDICE E – Roteiro dos questionários	88

1 INTRODUÇÃO

Volta e meia, a sociedade chama seus membros para participar. Participar de uma missa, de um torneio esportivo, de uma campanha de aquisição de agasalhos etc. Participação, essa é a palavra de ordem. Porém, será que já paramos para pensar nessa tal participação? (GALLO et al., 2008, p. 26).

O aluno como um sujeito ativo nas relações nas quais se faz presente, o aluno enquanto cidadão que se relaciona e convive com o outro, a escola como um local privilegiado de relações. Partindo do pressuposto de que a educação não é só um direito, mas também um dever¹, todo cidadão em algum momento da vida já passou ou passará por uma Instituição de Ensino e, por isso, merece nossa atenção, principalmente no que se refere à compreensão da noção de participação.

O termo participação ganha ênfase em diversas relações, principalmente ao que se reporta à política e às relações sociais. No entanto, a questão é o quanto refletimos e discutimos sobre a participação?

Ao longo da minha formação docente inicial, alguns encontros foram imprescindíveis ao encorajamento e à possibilidade deste trabalho. Entre vários livros, seminários e outras articulações com o meio educacional, ainda no Curso Normal, a leitura de um livro, em especial, me comoveu e gerou muitas inquietações que carregou e que me movem até hoje.

O escritor e educador Rubem Alves, em seu livro intitulado “A escola com que

¹ Emenda constitucional número 59, de 2009, artigo 208, inciso I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir” (ALVES, 2003), descreve a sua experiência ao visitar a Escola da Ponte, localizada no interior de Portugal. A escola não organiza suas salas em fileiras de classes, não ordena seus alunos um atrás do outro e não tem um sinal indicando a troca de períodos e matérias. Essas são algumas de várias outras características peculiares da escola, que fogem do modelo tradicional ao qual eu estava habituada até então. A leitura desse livro me fez refletir e, principalmente, questionar se uma escola como a descrita por Rubem Alves realmente era possível. Na época, para mim, essa era uma realidade muito distante e duvidosa, pois a realidade a qual eu estava habituada fugia desse tipo de organização. Além disso, não imaginava que um dia poderia visitar essa escola que se encontra do outro lado do oceano.

A realização de um intercâmbio² de estudos, vinculado ao curso de graduação em Pedagogia, do Centro Universitário UNIVATES, me mostrou que aquela realidade distante estava mais perto do que um dia eu poderia imaginar. Assim que me deparei com o destino da viagem – Portugal –, logo lembrei-me daquela escola descrita por Rubem Alves e, a partir desse momento, algumas das minhas inquietações ressurgiram e um novo encontro me possibilitou olhar a educação de outra maneira – um dia na Escola da Ponte³.

No dia agendado para a visita, cheia de curiosidade, chego à escola e logo sou recepcionada por dois alunos, que prontamente me apresentaram toda a estrutura física e a proposta pedagógica da instituição de ensino. Os seus princípios são baseados na autonomia, na cidadania, na responsabilidade e na democracia, em que todos “trabalham em equipa”⁴ - gestores, pais, professores, alunos e a comunidade em geral, todos se envolvem e participam das decisões da escola. Uma das ações que acompanhei e que representa a efetiva participação dos alunos foi a Assembleia. Realizada uma vez por semana, a Assembleia reúne todos os alunos

² Intercâmbio de estudos realizado através da parceria entre o Centro Universitário UNIVATES e o Instituto Politécnico de Leiria (IPL), durante o primeiro semestre de 2013, em Portugal.

³ A Escola da Ponte foi idealizada por José Pacheco, em 1976, e localiza-se em São Tomé de Negrelos, Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, distrito de Porto, a mais de 300 Km de Lisboa, capital de Portugal.

⁴ Termo utilizado por José Pacheco, para descrever as práticas da Escola da Ponte, baseadas no trabalho em conjunto, de forma cooperativa.

da escola em um mesmo local para discutir, analisar e votar sobre as situações do dia a dia escolar.

A cada passo dado na escola da Ponte, fui percebendo o quanto é possível o envolvimento e a participação dos alunos em suas aprendizagens e nas decisões que envolvem seus saberes e vivências, bem como em questões relacionadas à administração da escola. Após o intercâmbio, ao retornar à Univates, deparei-me com a oportunidade de participar como bolsista de Iniciação Científica, de um projeto de pesquisa⁵, que estuda os processos de gestão escolar, bem como a legislação⁶ que ampara e garante a participação da comunidade nas decisões escolares.

A possibilidade de pensar a legislação educacional e os seus processos de democratização na escola me desafiaram a refletir sobre a necessidade da participação dos alunos no espaço escolar, como sujeitos ativos. Entendo que, sendo as crianças e jovens parte de uma sociedade, eles também têm seus direitos e deveres, e a potencialidade de expressar-se e participar nas decisões que dizem respeito a eles. E a escola, sendo um espaço de relações, merece a atenção e a participação de todos os envolvidos.

A presente pesquisa, que tem como tema central a **participação dos alunos no espaço escolar**, surgiu a partir da seguinte problemática: **de que forma ocorre a participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola?**

O objetivo principal deste trabalho é compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Para discutir e refletir sobre a temática, bem como auxiliar no desenvolvimento do trabalho, foram elencados alguns objetivos específicos, como: entender o conceito de participação, identificar como ocorre a participação dos alunos no espaço escolar,

⁵ O projeto de pesquisa em que atuo como bolsista de Iniciação Científica intitula-se “Mestrados para Formação de Docentes: um *locus* de (re)construção e aprendizagem”, coordenada pela professora Dra. Silvana Neumann Martins. O projeto tem como objetivo entender como os Mestrados em Ensino da Univates contribuem na (re)construção de profissionais autônomos, empreendedores e gestores, capazes de diagnosticar, propor e avaliar soluções para problemas.

⁶ Constituição Federal de 1988, no Art. 206, inciso “VI – gestão democrática, na forma da lei” e Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996 nº 9.394, no Art. 14, inciso “II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

analisar como alunos e professores narram o processo participativo dos discentes na escola e compreender qual a participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola.

A participação, conforme descrito no Capítulo Dois, possui múltiplos enfoques, o que revela a amplitude do tema. Levando em consideração que o foco desse trabalho é a participação no espaço escolar, foi necessário mapear e discutir questões sobre a participação em diferentes épocas e perspectivas, para compreender a participação atualmente no contexto escolar.

Identificar aportes teóricos para a pesquisa, traçar marcos históricos, como a institucionalização da educação e a constituição do aluno no espaço escolar, se mostraram importantes na compreensão dos processos de participação dos alunos no campo pedagógico e administrativo, pois à medida que a escola foi tomando forma, a participação foi assumindo diferentes configurações. Essa pesquisa bibliográfica sobre a história da instituição escolar se encontra no Capítulo Três.

O Capítulo Quatro é dedicado a discussões alusivas às configurações do espaço escolar como um potencial para estimular a participação. Esse capítulo auxilia-me a entender de que forma o espaço pode (ou não) influenciar na participação estudantil.

Já no Capítulo Cinco, reviso alguns aportes teóricos sobre a gestão democrática e participativa da escola, fazendo referência aos processos participativos dos alunos. Nesse capítulo perpasso algumas questões que envolvem a legislação que rege a escola pública.

Para que os objetivos desta pesquisa fossem atingidos, foi preciso imergir no contexto escolar, por isso, para a coleta de dados vali-me de diferentes instrumentos, tais como: observações de aulas em uma turma de 5º ano de uma escola estadual de Ensino Fundamental do Vale do Taquari/RS, entrevistas semiestruturadas com a equipe diretiva, professora titular e alunos da turma observada, bem como questionários com os professores da escola, para compreender como narraram e entendem a participação dos alunos no espaço escolar. Dessa forma, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, com abordagem quanti-qualitativa. Os procedimentos utilizados para coleta e análise dos

dados encontram-se no Capítulo Seis.

A fim de compreender como ocorre a participação dos alunos no espaço escolar, os Capítulos Sete e Oito são destinados à análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. Especificamente, no Capítulo Sete, discuto sobre a participação vista como algo para o futuro, do aluno como um sujeito que precisa ser preparado para participar. Já no Capítulo Oito, destino-me a analisar o que alunos, professores e gestores entendem por participação, sua importância e contribuições para o desenvolvimento estudantil.

E, por fim, no Capítulo Nove, teço as considerações finais deste trabalho, fazendo alusão às reflexões e aos estudos teóricos realizados ao longo desta pesquisa. Nas considerações finais, estabeleço algumas relações encontradas ao longo das análises, destacando alguns sentidos encontrados para a participação estudantil no espaço escolar.

Forma de expressão e opinião; pertencer e estar incluído ao grupo; e estar presente como uma obrigação, forma de controle; formam os três significados identificados ao termo participação, na narrativa dos alunos. Diante das decisões pedagógicas, foi possível perceber que ela ocorre tendo em vista a idade e maturidade dos alunos, se restringindo ao espaço, geralmente, da sala de aula. Já as decisões administrativas são restritas aos gestores e professores, demonstrando que a participação estudantil ainda é um desafio na instituição escolar.

Na perspectiva de compreender como ocorre o processo de participação dos alunos no espaço escolar, convido os leitores para apreciarem o caminho da minha pesquisa.

2 PARTICIPAÇÃO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Figura 1 - A escolha



Fonte: Tonucci (1988, p. 122).

Definir participação e delegar a ela significados não é uma tarefa simples, pois o termo participação é polissêmico e assume diversas perspectivas, conforme será esclarecido a seguir. A temática da participação tem sido recorrente na sociedade atual e, por isso, admite que "[...] a multiplicidade de seus usos e sentidos não concorre para que se entenda com precisão seu significado" (CASTRO et al.,

2010, p.15).

A participação, conforme explicita Castro et al. (2010), é se comunicar, se lançar aos interesses e motivações, afim de agir e contribuir no campo moral, social ou político.

[...] participação origina-se do latim *participare*, participar, cuja raiz é *pars*, *partis*, o substantivo 'parte'. Ou seja, a raiz, participar indica a enunciação de ser parte de algo maior, comunicar-se com o que permanece além (de parte), lançar-se no movimento da inserção no todo no qual a parte é parte, como também afetar o todo, recriá-lo. Participar, então, deslança sempre um processo de busca, pertencimento e ação criadora (CASTRO et al., 2010, p. 15).

O tema participação requer pensar a constituição da própria sociedade da qual fazemos parte, pois é a partir dela que a participação ganha força no âmbito social brasileiro. O ato de participar sempre esteve vinculado ao fato de se estar presente nas decisões que dizem respeito aos envolvidos, todos têm poder de voto, de falar e ser ouvido, levando em consideração os direitos e deveres de todos. Desta forma, **a participação vincula-se ao exercício da cidadania**, pois, segundo Herbert (2010, p. 68), “A cidadania se manifesta por meio das relações sociais, por meio do exercício de produzir coletividade e poder de relacionamentos continuados em favor da vivência dos direitos e deveres dos indivíduos nos grupos sociais”.

E esse exercício da voz nos remete ao **conceito da democracia**, pois “[...] a ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda a coletividade” (GALLO et al., 2008, p. 30). Nesse sentido, todos os sujeitos que serão afetados por uma determinada decisão não teriam que ser consultados?

É possível perceber que o termo participação está ligado aos princípios da cidadania e da democracia (ARROYO, 2010) e ganha forma na esfera social brasileira, a partir da Constituição de 1988, chamada também de “Constituição cidadã” (CARVALHO, 2010, p. 7). A partir dessa Carta, os sujeitos pertencentes à República passaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 1º, inciso II, deixa claro que a cidadania é um dos fundamentos da União. No parágrafo único desse mesmo artigo, dá indícios do direito de participação do povo na esfera política, alegando que o

poder deriva do povo, através do direito de escolher de seus representantes.

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988, texto digital).

Reafirmando a ideia de participação como exercício de cidadania, Carvalho (2010, p. 8) exemplifica a conquista da cidadania como sendo “o direito de exercer certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto [...]”. Com isso, o autor justifica que o exercício pleno da cidadania se dá através do exercício da “liberdade, participação e igualdade” (CARVALHO, 2010, p. 9), afirmando que a cidadania é carregada de história, pois o autor faz todo seu retrocesso histórico, desde os primórdios das nações até os dias de hoje. Segundo Carvalho (2010), a cidadania perpassou por diversos campos, enfatizando as áreas sociais e políticas.

Benevides (1991) afirma que uma das dimensões para uma educação baseada nos princípios da democracia e da cidadania é a formação para tomada de decisões em todos os âmbitos, como o social, o político e o econômico. A autora segue descrevendo que a educação não consiste apenas no processo de dar conta de determinados conteúdos e apresentar os direitos e deveres, mas também consiste em capacitar os cidadãos com potencial na tomada de decisões, ao questionar: “[...] como educar sem praticar?” (BENEVIDES, 1991, p. 21).

A partir disso, Benevides (1991) discorre sobre o termo cidadania subjacente ao da participação e apresenta a expressão “cidadania ativa” como aquela que estabelece e possibilita a participação de todos os sujeitos, na qual se faz necessária a tomada de decisões e discussões sobre aquilo que lhes diz respeito. Enfim “esta *cidadania ativa* supõe a participação popular como *criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes*.” (BENEVIDES, 1991, p. 20, grifos da autora).

Demo (1999, p. 18) afirma que “participação é conquista”, pois representa um processo contínuo, de “vir-a-ser” (DEMO, 1999, p. 18), que requer conquista

progressiva, pois a participação “se aloja dentro [...] da dominação na história” (DEMO, 1999, p. 82). Isso significa que, historicamente, tem-se a concepção de que a decisão e a escolha final partem da pessoa com a hierarquia mais alta, como o presidente em um país, o diretor em uma escola, ou o diretor em uma empresa, predominando, assim, a ideia de que o poder vem de cima. No entanto, o autor alega que a falta de momentos propícios à participação são “apenas ponto de partida, porque disto partimos, ou seja: por tendência histórica, primeiro encontramos a dominação, e depois, se conquistada, a participação” (DEMO, 1999, p. 19).

Arroyo (2010) justifica a dificuldade de participação da população na vida social e política, porque “o povo brasileiro não está, ainda, educado para a cidadania responsável” (ARROYO, 2010, p. 37), e alega que a educação é um dos “instrumentos para a construção de um Estado republicano democrático” (ARROYO, 2010, p. 36). Com isso, pode-se relacionar as ideias desse autor (2010) com a imagem de abertura desta sessão, intitulada “A escolha”, de Tonucci (1988). Ambos fazem crítica à forma como a participação e a democracia nas decisões escolares (não) são realizadas. Ou seja, se na escola a participação dos alunos nas escolhas e decisões são, na maioria das vezes, renegadas, o cidadão vai se constituindo na “[...] tese da imaturidade e do despreparo [...] para a participação e para a cidadania [...]” (ARROYO, 2010, p. 37).

O acesso à educação e, conseqüentemente, a participação através do exercício da cidadania, está garantido em Lei. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, texto digital, grifos meus).

Declarada como direito na Constituição Federal de 1988, a democratização escolar trouxe outros atores para a participação na esfera política e social, como pais e alunos. Por isso, à medida que esses atores vão tornando-se mais presentes, Arroyo (2010) destaca a necessidade de pensar em como formá-los para esse novo modelo de sociedade. “Em outros termos, urge refletir sobre o grau de coerência global desses ideais de convívio social e político subjacentes ao pensamento

pedagógico” (ARROYO, 2010, p. 39).

Consoante com os princípios da cidadania e da responsabilidade do exercício da participação na escola, Dubet (2011, p. 292) afirma:

Se a formação do cidadão é uma questão tão complicada, é porque o cidadão deve possuir certas competências para intervir em um espaço democrático a fim de ser ouvido, de defender seus próprios interesses e os do seu grupo. Isso supõe que o aluno aprenda a exercer na prática seus direitos.

Nesse sentido, pode-se pensar a **participação como forma de inclusão**, pois, se consta na legislação que a educação é para todos, será que a cultura desses sujeitos não deveria ser levada em consideração, sendo elas incorporadas às práticas escolares? Ou todos devem seguir uma única prática que “homogeneíze” a cultura de todos?

Nessa perspectiva, levar em conta quais os saberes e conhecimentos serão relevantes e terão significado para a vida desses alunos, demonstra outra maneira de participação: a da inclusão, pela via do currículo (XAVIER, 2010). Nesse sentido não basta o aluno estar integrado à escola, é necessário que esteja incluído nesse espaço levando em consideração a sua própria cultura.

Levar em consideração as questões culturais e da vida do próprio aluno está estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96. E como forma de incluir o aluno no contexto escolar, a sua história também deve fazer parte do currículo escolar, sendo esta uma das demandas da educação.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, texto digital).

A educação deve abranger não só conteúdos sistematizados, mas também aqueles da vida dos alunos e suas práticas sociais. Consoante a isso, Xavier (2010, p. 11) alega que:

[...] é preciso incluir, no debate, princípios e práticas de um processo de inclusão social não homogeneizante, que, além de garantir o acesso à escola, considere nos seus projetos pedagógicos a diversidade humana, social, cultural, econômica das crianças e dos jovens que estão hoje na escola [...].

A inclusão através de questões culturais e da vida dos alunos acontece para

que se quebre a ideia de uma educação homogeneizante, em que todos precisam viver, aceitar e aprender as mesmas coisas. Ou seja, a valorização da singularidade do aluno poderá ocorrer à medida que os alunos participarem nos processos pedagógicos e administrativos da escola.

Nessa perspectiva, quando a história do aluno é representada nas temáticas desenvolvidas na escola, a participação deste aluno perpassa a via do currículo, pois “[...] o que se estuda na escola vai ter um real significado na qualidade das suas vidas” (XAVIER, 2010, p. 100).

Envolver a cultura dos alunos, que se desenvolve no seio familiar à educação escolar, requer que a escola esteja aberta a participação tanto dos alunos, como a dos pais e a da comunidade escolar, em geral. Portanto, dar espaço e oportunizar a participação da comunidade na escola servirá para que a comunidade esteja presente “[...] na História e não simplesmente nela estar representada” (FREIRE, 2005, p. 75). Não basta o gestor ou professor conhecer a realidade dos seus alunos e inserir essas questões no espaço escolar, é preciso que a comunidade participe ativamente dos processos educativos, para que a inclusão da vida do aluno ocorra no espaço escolar.

Por isso, Correia (apud SÁ, 2011, p. 70) alerta para a participação com “caráter sedutor e enganador”, ou melhor, uma participação no sentido de apenas estar integrado, reduzida a presença e a colaboração. Estas últimas também são importantes, no entanto, a participação pode ser pensada para além disso. O autor (SÁ, 2011) ainda destaca que a participação dos pais em uma reunião ou em eventos esporádicos, por exemplo, pode “constituir uma forma exemplar de mistificação da realidade” (SÁ, 2011, p. 75), ou seja, o convite à participação em reuniões e assembleias se reduz ao estar presente, não permitindo que este opine, vote e contribua na tomada de decisões. Desta forma, “[...] muitas vezes, a única decisão consiste em marcar uma próxima reunião” (GADOTTI, 1997, p. 51).

Os riscos decorrentes de uma utilização acrítica do conceito de participação ditam a necessidade de uma clarificação conceptual que denuncie suas utilizações como mera tecnologia social subordinada à obsessão pelo controle ou, então, como simples estratégia de legitimação da ordem instituída (SÁ, 2011, p. 71).

Freire (2005, p. 75) justifica que a participação “[...] não é um *slogan* mas a

expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática [...]”. Ou seja, a participação não pode ser apenas uma palavra de efeito que causa uma visão positiva sobre aquela Instituição ou grupo social e/ou político. A participação precisa ir além do caráter colaborativo, devendo envolver os pais e os alunos nas decisões de forma que todos possam dar suas sugestões e contribuir no bom andamento da escola.

Levando em consideração a visão superficial da participação pelo simples fato de estar presente, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007) caracterizam três níveis de participação política, que podem ser estendidos também à participação escolar. O primeiro nível, chamado de presença:

[...] é a forma menos intensa e mais marginal de Participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, [...] situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 888).

O segundo nível é o da ativação:

[...] aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é promovido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 888).

E, por último, o terceiro nível, que é representado pelo termo decisão. Neste, a forma de participação dos sujeitos pode ocorrer de maneira indireta ou direta, na tomada de decisões. Indireta quando o sujeito vota em um representante e, de forma direta, quando este se candidata a um cargo a ser eleito, por exemplo.

Para finalizar, vale lembrar as palavras de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007, p. 888):

[...] o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte nalguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à protagonista de destaque.

Com isso, entende-se que a participação perpassa por diversos campos, níveis e fases e que existem diversas formas de participação na vida política, na vida social e comunitária, entre outros grupos. Contudo, é importante ressaltar que o foco deste trabalho é pensar e refletir sobre a participação no contexto escolar, levando em consideração os sujeitos que dele fazem parte.

A partir dessa breve contextualização do termo participação, é possível perceber que a participação perpassa por diversos níveis, que vão da forma menos intensa até a mais intensa. Participar parte do princípio de fazer parte e estar presente em uma reunião ou qualquer outro grupo social, até a tomada efetiva de decisões. Participar, nesse sentido, é um caminho a ser percorrido, que visa ao exercício do direito de todos à cidadania e, conforme explicitam Benevides (1991), Gadotti (1997), Arroyo (2010), uma educação que visa à participação processa-se na prática, ou seja, se aprender a praticar, praticando, se aprende a votar, votando e é nessa concepção que a participação deve ser considerada.

Como foi possível perceber, diferentes sentidos são encontrados para o termo participação, como: da cidadania enquanto exercício dos direitos e deveres do cidadão, da democracia enquanto local de coletividade, da inclusão, através da cultura do sujeito e do direito de todos à educação e a participação com caráter colaborativo, reduzida a presença.

Por fim, trago as palavras de Gallo et al. (2008, p. 26) quando afirma que “[...] o ato de participar nunca é feito sozinho; não é um ato isolado de alguém que não tem companhia, mas algo que fazemos com o outro”. E é nessa perspectiva que o termo participação irá se desenvolver nas próximas seções, do aluno inserido no espaço escolar e não de forma isolada.

3 PARTICIPAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

Refletir sobre a participação dos alunos no espaço escolar, requer pensar sobre como a educação atual se constituiu, ou seja, pensar sobre como a conhecemos hoje. Algumas características da educação da Idade Média e Moderna deixaram fortes marcas que influenciam o modo que entendemos e vemos a escola, o aluno e os seus modos de participação atualmente. Conforme Veiga-Neto (2007, p. 98): “[...] em vez de pensar que já sabemos o que é a escola, prefiro examinar como ela se tornou o que é, como ela está envolvida com a sociedade em que se insere, como podemos entender melhor [...]”.

E é nessa perspectiva que essa seção se desenvolve. Pensar e refletir como a escola se tornou o que é e como a participação discente se encontra nesse processo.

3.1 Institucionalização da educação: uma viagem histórica

A escola e a concepção de infância tal qual como conhecemos hoje nem sempre existiu. Segundo Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 70), a escola “é uma instituição social de aparição recente ligada a práticas familiares, modos de educação e, conseqüentemente, a classes sociais”. Pode-se observar isso fazendo um pequeno retrocesso aos tempos primitivos da civilização, pois as crianças eram educadas através da imitação, sem um local definido e organizado. Naquele período, a criança era educada para servir a família e respeitar moral, social e religiosamente os adultos, ajustando-se às exigências sociais da época (PILETTI;

PILETTI, 2002).

Nesse sentido, Sibilia (2012, p. 16) deixa claro que a escola é uma tecnologia de época e sustenta a seguinte ideia:

Ainda que hoje pareça tão “natural”, algo cuja inexistência seria inimaginável, o certo é que essa instituição nem sempre existiu na ordem de uma eternidade improvável, como a água e o ar, tampouco como as ideias de criança, infância, filho ou aluno, igualmente naturalizadas mas também passíveis de historicidade.

Portanto, buscar a história da institucionalização da educação desempenha um papel importante na genealogia escolar, que serve para “abordar o passado a partir de uma perspectiva que nos ajude a decifrar o presente, a rastrear continuidades obscuras por sua própria imediatez [...] para tomar possíveis nossas condições atuais de existência” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992, p. 69).

Nos princípios da Idade Média, a escola e os colégios eram destinados a um pequeno número de clérigos. Nos tempos modernos, as escolas e colégios tornaram-se um meio de afastar as crianças dos adultos. Antes dessa preocupação, entre a separação das crianças e dos adultos, era natural vê-los juntos, em uma mesma sala, fazendo as mesmas atividades (ARIÈS, 2012).

Segundo Ariès (2012), entre os séculos X e XIV a educação e as instruções para a camada mais rica da sociedade eram ministradas por um mesmo mestre, na igreja ou ainda na rua, a escola não tinha um local próprio e, por isso, era comum ver crianças e adultos sentados no chão ou sob palhas. Como consequência de algumas transformações sociais, como a ideia de que a população precisava ser educada para se manter fora da imoralidade, no século XIV, passou-se a usar bancos para essa nova organização que aos poucos começava a surgir.

No entanto, nessa época, o mestre ainda não tinha obrigação sobre a permanência dos seus alunos naquele espaço, pois “o mestre esperava pelos alunos, como o comerciante espera pelos fregueses” (ARIÈS, 2012, p. 108), ou seja, “a escola não cerceava o aluno” (ARIÈS, p. 109). Quando os alunos terminavam suas lições “escapavam à sua autoridade” (ARIÈS p. 109). Com isso, percebe-se que, nesse período, a participação discente se apresenta com um caráter mais ‘livre’, ou seja, o aluno não era obrigado a estar e participar das atividades naquele

espaço, conforme foi se delineando mais tarde. Diferentemente da ‘liberdade’ de participação dos alunos durante a Idade Média, hoje a educação se caracteriza como uma política educacional obrigatória, como veremos a seguir.

No século XIII, surgiram colégios que eram considerados asilos para a camada mais pobre da população, mantidos por doadores. No início, esses colégios não tinham o objetivo de ensinar, porém anos depois, conforme afirma Ariès (2012, p. 11) “essas pequenas comunidades democráticas tornaram-se institutos de ensino, em que uma população numerosa [...] foi submetida a uma hierarquia autoritária e passou a ser ensinada no local”. Entre a transição da Idade Média para Idade Moderna, o colégio passou a abranger um maior número da população, e a educação “composta outrora de uma pequena minoria de clérigos letrados, se abriu a um número crescente de leigos, nobres e burgueses, mas também a famílias mais populares” (ARIÈS, 2012, p. 111). Pode-se perceber que, apesar da autoridade ainda muito presente, a transição da Idade Média para Idade Moderna foi marcada por uma participação mais “democrática”, quando não só o clero pode ser ensinado em instituições de ensino, mas também a população mais nobre.

Conforme o Ariès (2012), paralelamente a essa evolução escolar, os mestres passaram a se responsabilizar pela educação moral e social das crianças:

[...] tanto da formação como da instrução do estudante, e por esse motivo convinha impor às crianças uma disciplina estrita: a disciplina tradicional dos colégios, modificada porém num sentido mais autoritário e mais hierárquico. O colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral (ARIÈS, 2012, p. 111).

Com a expansão da educação e a abertura dos colégios para atendimento a todo povo, objetivando de educar, uma nova disciplina se introduzia na educação e que se fortaleceria na modernidade, “seria o governo autoritário e hierarquizado dos colégios que permitiria, [...], o estabelecimento e o desenvolvimento de um sistema escolar cada vez mais rigoroso” (ARIÈS, 2012, p.117).

E com esse disciplinamento cada vez mais rigoroso para manutenção de uma educação institucionalizada e organizada, a população escolar começou a ser dividida em grupos da mesma capacidade cognitiva, com um único professor (ARIÈS, 2012). É importante lembrar aqui que as idades continuavam da mesma forma misturadas, ou seja, independente da idade, a população era separada pelo

seu grau de instrução, “algumas vezes havia uma coincidência entre a idade e o grau, mas nem sempre, e, quando havia contradição, a surpresa era pequena, e, muitas vezes, nenhuma” (ARIÈS, 2012, p. 113).

No fim da Idade Média, foi designado um professor especial para cada um desses grupos e, então, finalmente na Idade Moderna, “as classes e seus professores foram isolados em salas especiais – e essa iniciativa flamenga e parisiense gerou a estrutura moderna de classe escolar” (ARIÈS, 2012, p. 112).

A expansão da educação a partir do século XX também gerou fortes impactos nos modos de participação dos alunos no contexto escolar, pois diferentemente das outras políticas sociais que foram se constituindo ao longo dos anos, a educação passou a se tornar obrigatória. Com isso, além de ser um direito, a educação se tornou também um dever e cada vez mais cedo as crianças estão sendo obrigadas a frequentar escolas de educação básica. A Emenda Constitucional 59/09 declara que a frequência dos alunos na escola é obrigatória dos quatro anos aos dezessete anos de idade. Além disso, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por definir formas de assegurar a universalização do ensino obrigatório. Desta forma, podemos observar uma das grandes rupturas ocorridas entre a Idade Média e os dias atuais, no que se refere à obrigatoriedade da participação e da frequência dos alunos na escola.

Esta mudança que estava caracterizando a escola da época se perpetuaria até a contemporaneidade. Segundo Sibilia (2012, p. 17),

[...] foi uma estratégia sumamente ousada, que em contrapartida também requeria certas condições básicas para poder funcionar: além de estipular metas e objetivos, foi preciso estabelecer determinados requisitos de índole variada para que essa maquinaria pudesse funcionar com eficácia.

Logo no início da Idade Moderna, a preocupação com a separação por idade dos alunos se tornou maior, pois gradualmente começou-se a enquadrar as idades em categorias e turmas específicas. Com isso, os mestres passaram a condicionar as suas aulas em função da idade dos alunos, caracterizando-se aqui a participação entre iguais. O envolvimento e a participação dos alunos em sala de aula passaram a ser apenas com outros da sua idade, e não mais de forma diversificada como ocorria anteriormente (ARIÈS, 2012).

Assistimos então a um processo de diferenciação da massa escolar, que no início do século XV era desorganizada. Esse processo correspondeu a uma necessidade ainda nova de adaptar o ensino do mestre ao nível do aluno. Foi esse o ponto essencial. Essa preocupação em se colocar ao alcance dos alunos opunha-se tanto aos métodos medievais de simultaneidade ou de repetição, como à pedagogia humanista, que não distinguia a criança do homem e confundia a instrução escolar – uma preocupação para a vida – com a cultura – uma aquisição da vida. Essa distinção das classes indicava portando uma conscientização da particularidade da infância ou da juventude, e do sentimento de que no interior dessa infância ou dessa juventude existiam outras categorias (ARIÈS, 2012, p. 112).

Com essa nova característica da escola moderna, a população passou a permanecer mais tempo na escola e, com isso, o ciclo escolar passou a se prolongar, para quatro ou cinco anos, no mínimo. Porém, só no fim da Idade Moderna é que “a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo [...]” (ARIÈS, 2012, p. 128), o ensino curto e o ensino longo, que acabou sendo caracterizada por uma especialização social (ARIÈS, 2012). A escola passa a abranger, então, um maior número de pessoas e a participação dos alunos no contexto escolar se prolonga.

Com isso, aos poucos, a escola foi se constituindo da forma como a conhecemos hoje, com classes organizadas uma atrás da outra, com um professor à frente responsável pela turma, um quadro negro e a organização de turmas por idades. Todo esse retrocesso sobre a institucionalização da educação, que se iniciou na Idade Média e se estendeu e caracterizou a educação na Idade Moderna, vem para explicar de que forma a escola se constituiu e quais os traços históricos que permanecem na educação contemporânea que acabam por influenciar nas formas de participação e na forma como os alunos são vistos na escola atualmente.

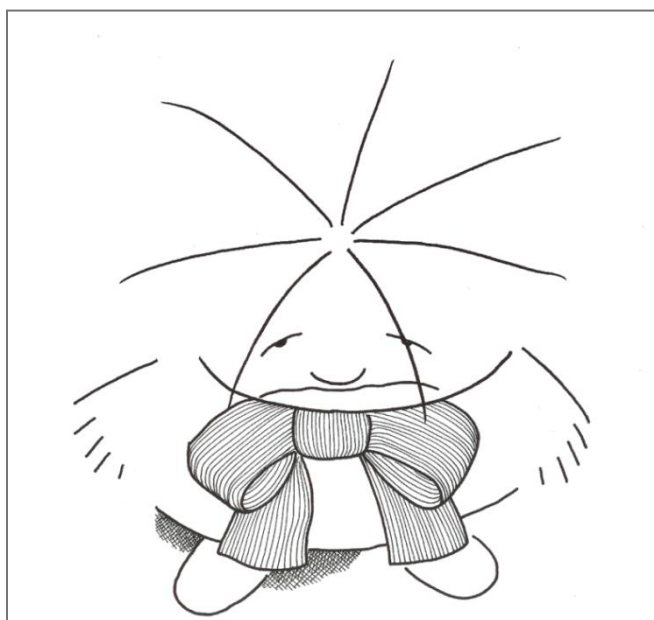
Com a institucionalização da educação e as práticas de disciplinamento instituídas nesse espaço, emerge um novo estilo de “participação”, caracterizada pelo controle, através das normas impostas pelos adultos, os quais organizam, vigiam e orientam os alunos.

Como podemos observar nos princípios da civilização, o envolvimento e a participação das crianças eram basicamente para sobrevivência da família e os seus princípios morais eram regidos pelo seu grupo social. Ao longo da Idade Média, esses traços da civilização primitiva foram se modificando e, na Idade Moderna, a escola passou a tomar conta da vida do aluno. Foi nessa época que se “[...]”

figuraram os compromissos desmedidos da sociedade moderna, que se pensou a si mesma – pelo menos idealmente – como igualitária, fraterna e democrática” (SIBILIA, 2012, p. 17). Para isso, foi preciso educar todo o cidadão para que esse ideal se concretizasse e assim “se ergueu tal programa que ostentava um lema muito claro: disciplina” (SIBILIA, 2012, p. 18).

3.2 Constituição do aluno no espaço escolar

Figura 2 – A criança olhada sempre do alto



Fonte: Tonucci (1988, p. 3).

A criança na perspectiva do outro, o aluno olhado pelo outro! A imagem acima, de Tonucci (1988), faz menção à criança que está sempre sendo vista ou vigiada por um adulto. Essa configuração da criança enquanto aluno é carregada de algumas concepções históricas que influenciam a maneira pela qual o adulto a enxerga atualmente. Será que o olhar do adulto, que está constantemente vigiando e controlando as crianças, permite a participação? Será que os alunos estão sendo incluídos de forma participativa nos processos pedagógicos e administrativos da escola? Será que eles são envolvidos nos problemas que lhes dizem respeito, para saber se têm algo a dizer? Ou simplesmente a decisão ocorre sem a sua palavra?

A figura do aluno e a condição de “vê-lo em nossa experiência cotidiana”

(SACRISTÁN, 2005, p. 13) é algo tão naturalizado pela sociedade e, principalmente pelos adultos, que damos ao certo, que todo ser humano passará pela condição de aluno. A partir disso, já sabemos que todo ser humano frequentará alguma instituição de ensino, no entanto, muitos não sabem ao certo como essa ideia se constituiu (SACRISTÁN, 2005).

Conforme descrito anteriormente, a escola é uma invenção social que carrega consigo todo o disciplinamento imposto pela época e a constituição do aluno que passa a frequentar essa instituição. Segundo Sacristán (2005, p. 11):

O *aluno* é uma construção social inventada pelos adultos ao longo da experiência histórica, porque são os adultos (pais, professores, cuidadores, legisladores ou autores de teorias sobre a psicologia do desenvolvimento) que têm o poder de organizar a vida dos não-adultos (grifo do autor).

Conforme já mencionado, na Idade Média as crianças e os adultos permaneciam em um mesmo espaço, sem distinção ou regalias, demonstrando que a concepção de infância, surgiu apenas tempos depois. Segundo Ariès (2012, p. 109), assim que ingressava na escola “[...] a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Essa confusão, tão inocente que passava despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade [...]”.

Somente a partir do fim da Idade Média que o sentimento de infância e a constituição desse sujeito como aluno surgiu, paralela à evolução da instituição escolar (ARIÈS, 2012). “No início, o senso comum aceitava sem dificuldade a mistura das idades. Chegou um momento em que surgiu uma repugnância nesse sentido, de início em favor das crianças menores” (ARIÈS, 2012, p. 110) e, com isso, a escola foi valorizada como “[...] uma instituição essencial da sociedade e [...] com um corpo docente separado, com uma disciplina rigorosa, com classes numerosas [...]” (ARIÈS, p. 111).

Com a escolarização da população cada vez mais jovem, foi preciso organizá-las por idades e protegê-las das barbáries dos adultos. O mestre passou a definir o que cada turma poderia aprender e seria adequado à faixa etária. Como as crianças passaram a permanecer mais tempo em um ambiente propício a elas, longe das funções dos adultos, a infância foi prolongada pelo processo de escolarização (ARIÈS, 2012). O que era função dos adultos não se misturava às funções das crianças, os adultos é que decidiam o que era melhor para cada faixa etária e

decidiam questões relativas a elas, deixando de lado a participação e o envolvimento dos alunos nesse processo.

Portanto, antes dessa nova concepção de educação e de aluno, “[...] o estudante não estava submetido a uma autoridade disciplinar extracorporativa, a uma hierarquia escolar” (SIBILIA, 2012, p.116). Os estudantes pertenciam a uma sociedade em que: “[...] uma camaradagem às vezes brutal porém real regulava a sua vida quotidiana, muito mais que a escola e seu mestre, e porque essa camaradagem era reconhecida pelo senso comum, tinha um valor moral” (ARIÈS, 2012, p. 116). Ou seja, antes de a escola e os mestres regularem a vida desse aluno que veio a surgir, era a sociedade e seus grupos sociais que a controlava.

Nessa perspectiva de regime disciplinar, a importância de educar as crianças e jovens em instituições escolares se deu “para não se tornarem ‘adultos sem disciplina’ [...]” (SIBILIA, 2012, p. 21). A autora, ainda explica que a função básica das instituições escolares nos primórdios da Idade Moderna era de:

[...] humanizar o animal da nossa espécie, disciplinando-o para modernizá-lo e, desse modo, iniciar a evolução capaz de convertê-lo num bom cidadão. Uma vez atingida essa primeira meta, em segundo lugar caberia tornar os homens capazes de desenvolver determinadas habilidades, como ler e escrever ou aprender outras destrezas mais específicas (SIBILIA, 2012, p. 18).

E foi nessa visão de educação que o surgimento da infância e do aluno foram se constituindo. A educação formal passou a ser um fator importante no período Iluminista, pois se acreditava que através da educação as pessoas seriam libertas “das trevas da ignorância” (SIBILIA, 2012, p. 21). Com isso, o sujeito enquanto aluno foi se constituindo, na modernidade, como um ser que precisa ser ensinado e sempre orientado por um adulto, na concepção de que:

[...] sua voz não nos importa e não os consultamos para elaborar ou reconstruir a ideia que temos sobre quem são eles. Os adultos definem a si mesmos, e os menores são definidos pelos adultos. Se eles não falam, e nós adultos fazemos isso por eles, é lógico que a explicação de sua experiência esteja intermediada pelas visões que temos deles (SACRISTÁN, 2005, p. 12).

A figura inicial dessa subseção ilustra o que o autor (2005) acima afirma, pois sempre há um adulto que está respondendo pela criança e a vigiando do alto. A participação dos alunos se torna restrita e controlada pelo outro, pelo adulto, o que a impede de exercer a sua cidadania e de ter a sua voz ouvida, através da

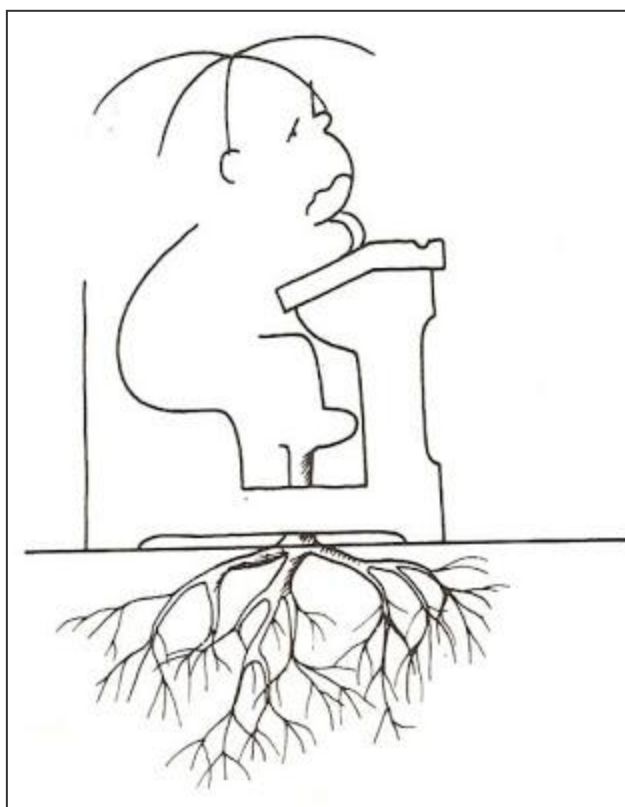
participação.

Nesse sentido, pode-se entender que a escola de hoje possui fortes características modernas e que ainda exercem influências sobre o modo como a escola e o aluno são concebidos. Levando em consideração que o foco deste trabalho é a participação dos alunos no espaço escolar, tanto nas questões administrativas como pedagógicas, é possível perceber que se hoje temos a ideia de que os alunos precisam permanecer sentados um em frente ao outro, sendo o professor a autoridade maior e que define o cronograma das aulas é porque muitos vestígios da educação moderna permanecem na educação contemporânea e influenciam nos modos de participação.

Conforme vimos nas subseções anteriores, a instituição escolar e a constituição do aluno são invenções basicamente modernas. Com isso, uma participação controladora, em que o aluno está geralmente sendo visto e vigiado do alto e pelo outro, ainda está presente nas práticas escolares atuais. Levando em consideração que a demanda de alunos da modernidade não são as mesmas dos alunos contemporâneos, novas demandas precisam ser consideradas e a participação precisa transcender o controle excessivo ou apenas integrador.

4 A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Figura 3 – Os perigos de um mau tempo inteiro



Fonte: Tonucci (1988, p. 120).

A configuração do espaço escolar e o olhar do educador sobre ele, a maneira como os objetos e os móveis são dispostos revelam muito sobre a concepção de educação, de crenças e de ideais que a escola e os professores cultivam (HORN, 2004). Conforme a seção anterior, a constituição escolar como conhecemos hoje, perpassou por muitos séculos e é carregada de significados. Desta forma, não

podemos deixar de fora a reflexão sobre a configuração do espaço da instituição escolar, pois “[...] o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos” (ESCOLANO, 2001, p. 26), além de que:

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e de um tempo determinados. Assim acontece com o ensinar e o aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 61).

A disposição de classes enfileiradas e um quadro negro à frente são características de uma escola com séculos de história que perdura até hoje. Essa organização demonstra uma educação individualizada que “facilita o controle e a disciplina na perspectiva da prática docente centrada no professor” (HORN, 2004, p. 27) e que, além disso, controla a participação dos que dela fazem parte, ou seja, dos alunos.

Nessa lógica, a imagem inicial dessa sessão demonstra um aluno que está ‘enraizado’ em sua classe, que não se locomove e não se utiliza do espaço como possibilidade de aprendizagem e de participação. Um espaço que ‘enraíza’ o aluno dificulta e, por vezes, impossibilita a sua participação.

Nessa concepção Horn (2004), alega que modificar a disposição histórica das classes e do quadro, por exemplo, pode ser desconfortável ao professor, pois esse movimento pode gerar dificuldade em manter a disciplina dos alunos e o foco nas práticas do professor.

A dificuldade de alguns educadores de trabalhar “com corpos que se movimentam” é muitas vezes evidente. Por muito tempo, se afirmou a estratégia de se controlar o pensamento das crianças por meio do controle dos movimentos (HORN, 2004, p. 27).

Um trabalho que valoriza a participação e envolvimento dos alunos nas atividades desacomoda e gera inquietações, causando mais movimento e barulho no espaço. Devido à concepção de que a sala de aula e o espaço escolar como um todo precisam estar em silêncio e organizados, a participação e o movimento dos alunos é restringida a sua classe e aos colegas mais próximos. Ainda nessa perspectiva, quando o aluno possui uma dúvida a primeira ação é procurar o professor que se encontra à frente de todos.

Pode-se pensar na arquitetura escolar como “uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância [...]” (ESCOLANO, 2001, p. 26), que nesse caso podem ser desfavoráveis às práticas participativas dos alunos. O espaço escolar se constitui como um local de aprendizagem, que está provido de valores e significados que impõem sua própria organização.

As escolas, atualmente, possuem fortes traços modernos na organização de seu espaço. Com isso, a participação que vem se instituindo na escola nos remete àquela em que o professor ainda é o que toma as decisões, sem dar muita voz aos alunos. A imagem inicial dessa seção nos remete a pensar em que tipo de cidadão a escola está formando. A participação enquanto exercício da cidadania e da democracia pode também começar pela escola, já que as crianças estão sendo obrigadas a frequentá-la desde os quatro anos de idade (BRASIL, 2009, texto digital).

Levando ainda em consideração a ideia da escola como um local carregado de história e de concepções pedagógicas de um determinado grupo social, a separação das salas de aulas em idades ou níveis de aprendizagem, por exemplo, constitui uma “‘espacialização’ disciplinar” que “organiza minuciosamente os movimentos e os gestos e faz com que a escola seja um ‘continente de poder” (ESCOLANO, 2001, p. 28). Sabendo da importância que o espaço tem nas vivências escolares e na concepção pedagógica da instituição, é importante ressaltar que “[...] a escola, como qualquer outro tipo de habitação, incluída a própria casa, é uma criação cultural sujeita a mudanças históricas” (ESCOLANO, 2001, p. 45).

No entanto, Horn (2004), alerta que não basta o espaço estar organizado de forma que propicie a participação efetiva dos alunos e os desafie quanto às suas competências, é preciso interagir com o espaço para que eles exercitem sua criatividade e questionem o que desaprovam. Para que essa interação ocorra é preciso que a escola considere a voz e a participação dos alunos.

O fato de organizar as classes em círculos ou em grandes grupos “[...] não garante uma atuação descentralizada por parte do adulto e, conseqüentemente, a construção da autonomia pela criança” (HORN, 2004, p. 25). Mesmo que os alunos

estejam dispostos em círculo ou de uma maneira que permita um maior contato com o outro, não significa que irá ocorrer a participação, pois ainda assim é possível que o poder na tomada de decisões, por exemplo, se centralize no papel do professor.

Por fim, é possível entender o que o autor Viñao Frago (2001, p. 64) quer dizer quando afirma que “[...] o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aqueles que o habitam”, ou seja, “[...] a ordenação do espaço, sua configuração como lugar, constitui um elemento significativo do currículo – independentemente de que aqueles que o habitam estejam, ou não, conscientes disso” (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 78).

O espaço escolar é um forte aliado quando se fala na cultura e na inclusão do aluno enquanto um ser participativo e com direitos e deveres. Os alunos podem simplesmente ser inseridos em um espaço sem que ele faça sentido e motive a participação ou, então, ele pode possibilitar que as crianças sejam atores ativos e participativos em sua aprendizagem, diferentemente do que nos induz a imagem inicial dessa seção.

5 GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA ESCOLA

A esfera administrativa da escola também é um dos campos que merece atenção quando se fala em participação. O envolvimento dos alunos e até mesmo da comunidade externa, como a dos pais e/ou responsáveis, em questões administrativas é um direito que consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso VI, quando afirma a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Segundo a legislação vigente no país, a atribuição da gestão escolar na escola pública se dá de forma democrática. Por isso questiono, de que forma está ocorrendo a participação da comunidade escolar nesse espaço? Será que as atividades escolares estão de acordo com os princípios da democracia que regem a gestão da escola?

Em entrevista para o Programa Salto para o Futuro⁷, na série dedicada à gestão da escola, a professora Maria Beatriz Luce, da UFRGS, afirma que a escola é um dos locais onde a criança aprende a viver em sociedade. Na escola, a criança divide, compartilha, participa e se envolve com o outro.

Sabendo que vivemos em uma sociedade democrática, é importante que todo cidadão aprenda a viver e conviver de forma democrática. Segundo a entrevistada, a

⁷ Vídeo disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=sjEhtQjnCwQ&index=99&list=PLbONmpLlppzQFkDQ-vuuJyulKtlyfWBmb>>.

gestão democrática existe para que, além de diretores e professores, os pais e alunos possam também se envolver e participar das decisões da escola, pois para que os alunos aprendam a viver em democracia, a escola precisa estar pautada nesse princípio.

A democratização da escola pública gerou mudanças significativas na gestão e nos processos pedagógicos da escola. Veiga (2011) afirma que são mudanças relativas à ampliação dos compromissos da escola. O que antes era função apenas do diretor da escola, hoje deve ser compartilhada com a comunidade em geral, como a prestação de contas e outras decisões que envolvem a escola. Nesse sentido, a autora (2011) ainda alerta para a importância de discutir questões sobre o projeto político-pedagógico, com todos os envolvidos – gestores, pais, professores e alunos.

O projeto político-pedagógico representa, segundo Veiga (2011), um dos caminhos para o envolvimento e a participação da comunidade escolar na sua construção. De acordo com a ideia de que o projeto educativo da escola organiza seu trabalho tendo como base os seus alunos (VEIGA, 2002), a participação também ganha espaço através do projeto político-pedagógico da escola⁸, pois “ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA, 2002, p. 13).

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 2002, p. 14).

Baseando-se na ideia do compartilhamento de decisões, da participação e da democratização da escola e da gestão, a escola passa por uma transição. O que antes era função apenas do diretor ou do professor, hoje é compartilhado com pais, alunos, funcionários, comunidade em geral, o que acaba gerando mudanças nas

⁸ O artigo 14, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (nº 9.394), estabelece que “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

formas em que a escola opera. Lück (2006) afirma que essas mudanças devem superar apenas questões metodológicas. A democratização da gestão escolar demanda

[...] um novo estilo de relacionamento das instituições educacionais com a sociedade em geral, uma nova orientação a respeito do significado da educação da escola e da aprendizagem na sociedade do conhecimento, além da efetiva mobilização das forças culturais presentes na comunidade e na escola para construção de um projeto educacional competente. Acima de tudo, elas implicam num posicionamento das pessoas como sujeitos ativos, conscientes e responsáveis pela dinamização dos processos sociais e instituições que participam (LÜCK, 2006, p. 22).

De acordo com Lück et al. (2011), a implantação de conselhos escolares e a participação da comunidade na tomada de decisões, representa uma forte mobilização “[...] na tentativa de superar procedimentos tradicionais baseados no corporativismo e clientelismo” (LÜCK et al., 2011, p. 9).

Partindo do pressuposto da democratização:

A gestão escolar promove, na comunidade escolar, a redistribuição e compartilhamento das responsabilidades que objetivam intensificar a legitimidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais (LÜCK et al., 2011, p.16).

A gestão da escola pública parte da suposição de estar aberta à comunidade escolar, a qual abrange, além de professores e funcionários da escola, os pais bem como os alunos. “A abordagem participativa na gestão escolar demanda maior envolvimento de todos os interessados no processo decisório da escola, mobilizando-os, da mesma forma, na realização das múltiplas ações da gestão” (LÜCK et al., 2011, p.18).

Em uma perspectiva democrática e participativa, todos são responsáveis pela administração da escola e por questões pedagógicas. A gestão escolar deveria ocorrer “mediante uma estratégia aberta de diálogo e construção do entendimento de responsabilidade coletiva pela educação” (LÜCK, 2006, p. 81). Isso requer a participação, também, dos alunos nesse diálogo, no sentido de que eles também criem responsabilidades e sejam ouvidos como sujeitos ativos no processo educacional.

A escola como espaço de formação para cidadania precisaria construir uma gestão democrática que estimule os seus atores a serem autores de sua história. Ou

seja, forme um sujeito participativo e ativo na construção de suas aprendizagens e na sua própria história. Aqui se pode remeter a participação enquanto uma característica do exercício de ser cidadão, da participação enquanto inclusão do aluno na escola, pela via do currículo, conforme foi descrito nos capítulos anteriores. Martins (2008, p. 59) considera que “numa administração escolar verdadeiramente democrática, todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo participam das decisões que dizem respeito à organização e ao funcionamento escolar”.

Nesse sentido, a participação, através da democracia e da cidadania, “[...] só se desenvolve e se fortalece politicamente de modo a solucionar seus problemas se contar com a ação consciente e conjunta de seus cidadãos [...]” (PARO, 2007, p. 19).

Para que o poder e a tomada de decisões não sejam algo institucionalizado pelo diretor, outras instâncias foram criadas, como os Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil (VEIGA, 2008). Essa possibilidade de participação e de organização por parte de pais e alunos está assegurada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 212, quando alega que: “É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se, em todos os estabelecimentos de ensino, através de associações, grêmios ou outras formas” (BRASIL, 1988, texto digital).

A Associação de Pais e Mestres “tem como finalidade colaborar no aprimoramento da educação e na integração família-escola-comunidade.” (VEIGA, 2008, p. 118). A associação é um forte aliado quanto à participação da comunidade na vida escolar, pois através dela os pais têm a oportunidade de saber em que são investidos os recursos financeiros e como está o andamento da escola de seus filhos.

A participação dos pais, professores, alunos e funcionários por meio da Associação de Pais e Mestres dará autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário escolar, horário de aulas, etc.; enfim, a definição da política global da escola, ou seja, a construção do seu projeto político-pedagógico (VEIGA, 2008, p. 120).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) também deixa claro, em seu artigo 53, inciso IV, que a criança e o adolescente têm o “direito de

organização e participação em entidades estudantis;" (BRASIL, 1990, texto digital).

O Grêmio Estudantil é uma das organizações que adotam os alunos como ativos, participativos e que representam os demais alunos em decisões pedagógicas e administrativas. Nesse sentido, Veiga (2008, p. 120) afirma que "A organização estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula".

O Grêmio Estudantil, de acordo Veiga (2008, p. 123), é uma organização onde se valoriza o interesse dos alunos, "[...] onde eles têm possibilidade de democratizar decisões e formar o sentido de responsabilidade".

O Conselho Escolar é outra estratégia adotada para fortalecer os princípios democráticos da escola pública. No entanto, para que isso aconteça, é necessário organização e direcionamento, pois não convém colocar toda a comunidade escolar em um único espaço e permitir que todas as pessoas envolvidas deem suas sugestões e façam decisões de forma desorganizada (VEIGA, 2008).

Nesse sentido, Veiga (2008, p. 115) alega que "[...] é necessário criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade". E o órgão em questão se refere ao Conselho Escolar que "[...] é concebido como local de debate e de tomada de decisões" (VEIGA, 2008, p. 115), que permite aos professores, pais, funcionários e alunos explicitarem seus interesses e reivindicações (VEIGA, 2008).

O Conselho Escolar deverá, portanto, favorecer a aproximação dos centros de decisão dos atores. Isso facilita a comunicação, pois, rompendo com as relações burocráticas e formais, permite a comunicação vertical e também horizontal. Sob essa ótica, o Conselho possibilita a delegação de responsabilidades e o envolvimento de diversos participantes (VEIGA, 2008, p. 116).

A participação perpassa, nesse sentido, o campo administrativo através de diversas instâncias. O projeto político-pedagógico, as associações, grêmios, entre outras organizações escolares são fortes aliados da comunidade, principalmente no que se refere a pais e alunos, na participação dos processos decisórios da gestão e do pedagógico da escola.

6 METODOLOGIA

Pesquisar! Uma tarefa que exige, além de caminhos delineados, o olhar atento e o engajamento do pesquisador.

Pesquisar é uma aventura; seja um bom detetive e esteja atento a suas intuições! Pistas, intuições, suspeitas, dúvidas merecem ser objeto de atenção, e não deveriam ser descartadas sem antes perscrutar cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja investigar. Ao que tudo indica, parece que não existe “modelo” de pesquisa minimamente confiável que justifique o descarte do inesperado sem dar-lhe uma chance de “falar”. Bons estudos frequentemente estão associados a inesperadas “sacações”! (COSTA, 2007, p. 147, grifos da autora).

Segundo Costa (2007), para realizar uma pesquisa é preciso uma mente questionadora, uma fundamentação teórica e a problematização do objeto de investigação. “*Pesquisar é algo que exige reflexão, rigor, método e ousadia*” (COSTA, 2007, p. 150, grifos da autora), assim como exige muita leitura, persistência e curiosidade.

Em uma pesquisa o início, meio e fim são imprevisíveis, uma vez que é impossível prever antecipadamente todas as suas etapas (GOLDENBERG, 2013, p. 13). Segundo a autora (2013), não existe um modelo de pesquisa, mas sim caminhos possíveis que podemos trilhar para se chegar aos objetivos propostos.

E na perspectiva de um caminho cheio de nuances, de um olhar atento e curioso, delineei os percursos de investigação desta pesquisa. Como meio de atingir os objetivos propostos, essa pesquisa se apresenta em uma abordagem quali-quantitativa, configurando-se em um estudo de caso (YIN, 2005).

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação em particular (GOLDENBERG, 2013, p. 62, grifos da autora).

Os sujeitos participantes da pesquisa foram alunos de uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental, a professora titular dessa turma, gestores e demais professores de uma escola estadual de Ensino Fundamental do Vale do Taquari, RS/BR. A coleta dos dados ocorreu através de observação, de entrevistas e de questionários, conforme elucida no quadro a seguir.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

Meio de coleta de dados	Com Quem?	Com Quantos?
Entrevista semiestruturada	Gestores	Uma coordenadora e uma vice-diretora.
	Professora titular da turma e alunos.	Uma professora titular e dezesseis alunos.
Questionário	Professores da escola.	Foram entregues trinta e seis questionários aos professores da escola e retornaram dez destes.
Observações de aula	Turma de 5º ano.	Seis aulas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

A primeira etapa da pesquisa aconteceu por meio da observação de uma turma do 5º ano da referida escola em sua primeira semana de aula, mais especificamente nos quatro primeiros dias, que ocorreram entre fevereiro e março. Esse primeiro contato com a turma foi imprescindível para perceber de que forma ocorria a organização da sala de aula, dos combinados e regras de convivência e a interação entre professor-aluno e aluno-aluno.

Optei por realizar as observações nos primeiros dias de aula, pois é, geralmente, nesses primeiros contatos com a nova professora, sala de aula e colegas que muitas regras e combinados surgem, além de que, geralmente, na primeira semana de aula ocorre a organização do trabalho pedagógico junto aos alunos.

Após essa primeira etapa, a observação do público alvo se deu quinzenalmente, em dias alternados ao longo dos meses de março e abril, para acompanhar o envolvimento da turma nos aspectos relativos à participação desses

alunos no contexto escolar, bem como nas aulas de Educação Física, de Informática e no horário da biblioteca⁹.

A entrevista também foi outro meio encontrado para auxiliar na produção dos dados, pois conforme afirma Gil (2012, p. 109):

[...] a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

A entrevista foi realizada com duas gestoras, uma vice-diretora e uma coordenadora pedagógica, a fim de identificar qual a percepção da equipe diretiva frente à participação dos alunos nas decisões da escola, tanto pedagógica, quanto administrativamente.

Levando em consideração que o alvo da minha pesquisa são os alunos, expliquei os procedimentos da minha pesquisa para estes e solicitei o consentimento (APÊNDICE A) de todos, de modo que eu pudesse realizar as observações, entrevistas e questionários. Como esta é uma pesquisa que versa sobre a participação dos alunos, questionei quais deles gostariam de ser entrevistados, respeitando a vontade de cada um deles. Vale ressaltar que, além dos alunos, os pais e/ou responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B), permitindo que a pesquisa fosse realizada.

A turma do 5º ano é composta por vinte e três alunos, sendo que destes, dezesseis aceitaram participar das entrevistas. O nome dos envolvidos na pesquisa foi mantido em sigilo, todavia os participantes puderam escolher um nome pelo qual gostariam de ser identificados, sendo esta uma forma de participação e envolvimento dos alunos nesta pesquisa. A professora titular da turma também foi entrevistada a fim de analisar como ela narra o processo participativo dos discentes em sala de aula e no trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar.

Optei pela entrevista semiestruturada (APÊNDICE C), pois outras questões relativas ao assunto poderiam emergir durante a conversa e que poderiam ser passíveis de análise. As entrevistas com a equipe diretiva e a professora titular

⁹ Estas atividades, como biblioteca, informática e Educação Física, fazem parte do currículo da turma de 5º ano.

ocorreram no mês e março e as entrevistas com os alunos ocorreram no mês de abril do ano de 2015 e todos assinaram termo de consentimento (APÊNDICE D). Acreditei, assim, que os alunos já estariam mais engajados na proposta pedagógica da escola.

Levando em consideração as questões levantadas pelas gestoras durante a entrevista, elaborei um questionário (APÊNDICE E) para todos os professores da escola, com intuito de analisar o que eles percebiam a respeito da participação dos alunos no espaço escolar, analisando a visão docente da escola como um todo. Esse questionário foi entregue para trinta e seis professores no mês de março do ano de 2015. No entanto, dez professores retornaram com o questionário respondido e foi a partir desses que desenvolvi as análises. Durante as análises, os respondentes dos questionários foram identificados por P1 (professor um), P2, P3 P4 e assim sucessivamente para preservar a suas identidades.

Todas as informações, entre observações, entrevistas e conversas informais, obtidas durante a produção dos dados foram registradas em um diário de campo, que me acompanhou durante todo processo da pesquisa. Em determinadas partes da análise desta pesquisa, utilizo-me da fala dos entrevistados, as quais destaco em quadros ao longo do texto.

Com auxílio do roteiro das entrevistas e dos questionários, analisei cada uma das respostas para as questões realizadas com alunos, professores e gestores, de forma qualitativa. Através das falas dos entrevistados e de minhas anotações no diário de campo, busquei aproximar possíveis sentidos para realização da análise. As questões fechadas do questionário foram analisadas de forma quantitativa e qualitativa, e as questões abertas de forma qualitativa, fazendo relação com as falas dos entrevistados.

Diante das recorrências encontradas nas entrevistas, questionários e registros em diário de campo, elaborei categorias para a realização da análise, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa.

A primeira categoria elencada é intitulada “Participação: para o presente ou para o futuro?”, onde discorro sobre o tempo de preparação para a participação. As outras categorias estão organizadas na seção “O que é participação na escola?”, e

são intituladas: “O que é participar na percepção dos alunos: algumas considerações e impasses”, “O aluno participativo pelo olhar dos professores e gestores” e “A participação estudantil na esfera administrativa”.

7 ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO ESPAÇO ESCOLAR

De posse de uma variedade de dados e informações, coletados através das entrevistas, questionários, observações e de meus registros em diário de campo, me deparei com o desafio de analisar tudo o que havia sido coletado durante o período de pesquisa.

Diante disso, esse capítulo é destinado à análise dos materiais coletados, que será dividido em duas grandes seções e três subseções, que foi delimitada conforme as recorrências encontradas nos materiais coletados.

Na primeira seção, intitulada “Participação: para o presente ou para o futuro?”, discorro sobre o tempo de preparação para a participação, que ficou evidente nas observações e nas falas do público investigado. Já a segunda seção, intitulada “O que é participação na escola?”, destino à análise das narrativas sobre a participação nas atividades pedagógicas e administrativas da escola, que se organizam em outras três seções, tendo em vista a visão de alunos, professores e gestores.

7.1 Participação: para o presente ou para o futuro?

Figura 4 – Não conhecer os seus próprios limites não permite dar-se com os outros



Fonte: Tonucci (1988, p. 27).

A criança, assim, que chega ao mundo, ainda mesmo sem saber como e onde viverá, já é carregada de expectativas, sejam por seus pais, familiares ou professores, que podem ser positivas ou negativas. Será que esta será uma criança “comportada”? O que será quando crescer? Será um adolescente estudioso? Enfim, são muitas as possibilidades para esse ser recém-chegado ao mundo.

Atualmente vivemos em uma sociedade em que grande parte das coisas está sendo pensada para o futuro. Constantemente ouvimos frases como: “melhor estudar e se dedicar agora nos estudos, para entrar em uma faculdade federal depois”, “é importante estudar inglês ainda jovem, pois no futuro será fundamental para um bom emprego”. Enfim, constantemente determinadas atitudes são exigidas hoje para que tenhamos resultados no futuro. No entanto, questiono no que tudo isso beneficia o presente. Como vamos nos preparar para o futuro se as nossas atitudes não são valorizadas no presente?

Assim como algumas atitudes na vida cotidiana, percebi que a participação na

escola, em muitas ocasiões, também é vista como algo para o futuro. Através das observações e dos registros em meu diário de campo, constatei que em muitas situações os alunos são visto com imaturidade para assumir determinadas posturas e, por isso, é preciso que um adulto, neste caso, a professora, controle determinadas situações por ele vividas, ou seja, controle sua forma de participação.

Evidencio o exposto através de alguns exemplos: Para sair da sala em horário de aula, é preciso utilizar um crachá onde consta o número da turma que o aluno frequenta; a cor da caneta que será utilizada no caderno para destacar determinadas informações é escolhida pela professora, caso contrário o caderno será um “carnaval”, como comentou a professora; o local onde os alunos devem permanecer no pátio é restrito e definido pelos professores da escola, para não haver bagunça; os alunos dos Anos Iniciais não escutam música no recreio, pois são muitos pequenos. Diante dessas e de tantas outras situações observadas é que afirmo que a participação dos alunos é vista como algo para o futuro ou para quando tiverem maturidade suficiente para escolher uma música ou a cor da caneta utilizada no caderno, por exemplo.

Inúmeras são as possibilidades para a compreensão de que o aluno precisa ser preparado para a participação que ocorrerá no futuro, pois, como vimos no capítulo “Participação no espaço escolar”, a escola foi pautada na concepção de um local de preparação para a vida adulta e para o trabalho, ou seja, a visão dos alunos foi constituída na base do despreparado e da imaturidade para assumir determinadas posturas (ARROYO, 2010) que precisam ser construídas na escola.

A posição das crianças e jovens na escola foi respaldada na dependência, pois sempre é necessário um adulto, geralmente o professor, por perto para orientar e dizer aquilo que pode e o que não pode, conduzindo, desta forma, a maneira de participação dos alunos no espaço escolar.

Ser criança ou jovem na sociedade atual implica, de maneira geral, passar pela escola e pela experiência de ser educado e preparado para ocupar um lugar entre os adultos no futuro. Nessa tarefa, os mais velhos são os responsáveis por transmitir aos que chegam os valores, o conhecimento e as leis. Pais e professores são, por excelência, os adultos responsáveis por essa função, e a família e a escola constituem os espaços onde essa transmissão se realiza: espaços reservados por nossa sociedade como uma esfera destinada àqueles que ainda não estariam “aptos” a participar plenamente nos negócios do mundo coletivo (CASTO et al., 2010, p. 45).

Os registros a seguir, comprovam essa visão de que é preciso haver uma preparação e até mesmo controle, para ter condições de participar de determinadas situações futuramente.

Professora: - *O que vocês esperam do 5º ano?*

Aluno: - *Muita diversão com colegas.*

Professora: - *Sim, vamos brincar, mas vai ter muita coisa séria porque vocês não estão mais na creche, vocês não vieram para brincar, mas para aprender. **Vocês terão quatro cadernos, para preparar vocês para outros anos que vocês terão por voltar de 8 a 10 cadernos.***

(Excerto do diário de campo, 26.02.15, grifos meus)

- *Ano que vem, se não estiverem com a vestimenta adequada, a professora [de Educação Física] não vai permitir participar das aulas, então vocês devem ir se acostumando.*

(Fala da professora titular relatada em meu diário de campo, 03.03.15)

Constatei, através das próprias afirmações dos alunos na entrevista, quando questionados a respeito da importância da escola em suas vidas, essa lógica de que a escola é um local de preparação para o futuro e para a vida adulta.

Pesquisadora: - *Por que é importante vir para escola?*

Gabriela: - *Para 'mim' aprender... para quando eu crescer poder ter um trabalho e se eu ficasse em casa eu ia ser burra.*

Biel: - *Para ser alguém na vida. Para aprender.*

Ketlin: - *Porque se a gente não estuda, a gente não aprende e não é alguém na vida.*

(Excerto da entrevista com alunos, 07.04.15)

Durante a entrevista com a titular da turma, quando questionada sobre a sua opinião em relação à importância da participação dos alunos no espaço escolar, afirma:

Professora: - *Com certeza, faz parte do desenvolvimento. E quanto antes eles participarem melhor até para a vida futura deles.*

Pesquisadora: - *Por quê?*

Professora: - *Porque exige um envolvimento. Porque no futuro eles vão ter que se envolver com suas questões pessoais, emprego... Então, eles já vão adquirindo esse hábito agora. Já que nós somos escravos de hábitos, vamos ser escravos de hábitos bons.*

(Excerto da entrevista com professora titular da turma, 13.03.15)

Fazendo relação entre a fala da professora e as situações do dia a dia da sala de aula extraídos do meu diário de campo, percebi que muitas vezes há dificuldade em entender que tipo de participação os professores desejam de seus alunos. Ao mesmo tempo em que a professora alega, na entrevista, a importância da participação dos alunos, justifica que o aluno participativo é aquele que se envolve. No entanto, quando essa oportunidade se apresenta, não há tempo ou espaço para a participação, conforme pode ser visto no excerto abaixo.

Quando a professora é questionada sobre o que é um aluno participativo, responde:

Professora titular: - *Um aluno participativo seria aquele que questiona, que busca informações, que traz informações coletadas por ele em sua casa ou que ele ouviu no noticiário. Esse seria um aluno participativo, um aluno que se envolve com o trabalho.*

(Excerto da entrevista com a professora titular da turma, 13.03.15)

Mas em contra partida, quando os alunos sugerem o trabalho com animais, a realização de uma gincana e até mesmo exploração de jogos, a professora alega não ser possível devido ao tempo e aos conteúdos, conforme pode ser observado

no excerto do meu diário de campo transcrito mais abaixo. Diante disso, pode-se observar que a oportunidade de envolver os alunos na construção e nas decisões do trabalho pedagógico foi deixada de lado, ainda que se queira, por parte da professora, um aluno que “se envolve com o trabalho”.

É claro que a escola precisa de organização para atingir os objetivos propostos para cada ano do currículo. No entanto, dar vez e voz aos alunos, de forma que eles tenham a oportunidade de participar, sugerindo e fazendo parte da organização da escola, também é um dos objetivos da educação, que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ao afirmar que a escola é assumida como espaço social de construção de significados éticos, através da ação de cidadania (BRASIL, 1997).

Concomitante com a ideia de que os alunos precisam ser preparados para a vida adulta, ou seja, para o futuro, o tempo e o currículo escolar também são determinantes para a participação dos alunos no espaço escolar.

Por diversas vezes, a “falta de tempo” e o fato de que determinados assuntos não estão vinculados aos conteúdos daquele ano, nesse caso o 5º ano do Ensino Fundamental, a opinião e as sugestões dos alunos são deixadas de lado, afetando o modo como os alunos participam e se envolvem nas questões pedagógicas.

Vejamos. Logo no primeiro dia de aula, em um dos primeiros momentos de discussão, percebi a preocupação da professora em relação aos conteúdos programados para aquele ano.

Os alunos estavam discutindo sobre as suas expectativas para o 5º ano, em seu primeiro dia de aula quando um dos alunos questiona a professora:

Aluno: - *Vai ter gincana?*

Professora: - *Hum... Boa ideia!*

Os alunos se empolgam e começam a discutir sobre a suposta gincana, mas a professora encerrou a discussão e continua.

Professora: - *O que mais?*

Aluno: - *Trabalhar sobre os animais, ver animais, trazer animais...*

Professora: - *Animais eu não sei, porque não está no nosso conteúdo, isso vocês tiveram em outros anos.*

(Excerto do diário de campo, 03.03.15)

É importante ressaltar que as situações que são vivenciadas hoje afetarão e, até, poderão preparar os alunos para situações futuras. Entretanto, retomo a discussão do capítulo “Participação: do que estamos falando?” quando me reflito á questão: “Como educar sem praticar?” (BENEVIDES, 1991, p. 21). Ou melhor, acredito que é essencial discutir, colocar em prática e, de fato, participar das decisões no presente, para que, conseqüentemente, no futuro, essa seja uma prática já incorporada na vida das crianças, jovens e adultos. Por que tudo precisa ser justificado como algo importante para o futuro e não para o hoje, o agora?

A partir do excerto abaixo, extraído da entrevista com os alunos, percebi que a participação precisa estar envolvida com os assuntos e conteúdos que estão sendo desenvolvidos no plano de trabalho da professora, caso contrário não haverá tempo para todos conteúdos programados. Mas, será que os conteúdos não podem ser organizados de uma forma que os alunos possam participar de forma mais ativa, integrando suas curiosidades e saberes?

Pesquisadora: - *Se você pudesse inventar uma escola, como seria?*

Fernando: - *Com recreio prolongado, com mais coisas legais para fazer em sala de aula.*

Pesquisadora: - *E você já sugeriu algumas dessas “coisas legais” para a professora e para os colegas?*

Fernando: - *Eu já falei, na verdade a gente tem um grupo de amigos e daí a gente já conversou sobre fazer o dia da pantufa, o dia de trazer o seu material de estimação, fazer alguma coisa assim, mais legal.*

Pesquisadora: - *E a professora disse o quê?*

Fernando: - *Ela disse que não sabe, porque não vai estar muito no assunto.*

(Excerto da entrevista com alunos, 07.04.15)

A participação não é algo que ocorre da noite para o dia, não é algo com hora marcada. Como afirma Freire (2001, p. 121), a participação e a autonomia “[...] vão se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”. Diante disso, valho-me das reflexões de Freire (2001), quando penso na participação estudantil no espaço escolar.

Por que, por exemplo, não desafiar o filho, ainda criança, no sentido de participar da escolha da melhor hora para seus deveres? Porque o melhor tempo para essa tarefa é sempre o dos pais? Porque perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito quem eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não (FREIRE, 2001, p. 121).

E como ilustra a figura inicial dessa seção, cada ser humano, seja ele criança, jovem ou adulto, possui suas experiências e vivências, e fazem parte do mundo, então, porque não participar hoje?

7.2 O que é participar na escola?

Esta seção é destinada, especialmente, à análise de como os alunos e professores narram o processo participativo na escola. Na primeira subseção, discorro a percepção do aluno sobre a sua participação na escola; na segunda subseção, desenvolvo a interpretação da visão do professor em relação à participação estudantil; e, por fim, realizo uma apreciação para compreender a participação dos alunos nas decisões administrativas da escola.

7.2.1 O que é participar na percepção dos alunos? Algumas considerações e impasses

O que é essa tal participação? Participar na escola? Para quê? O que os alunos têm a dizer sobre a sua participação neste local?

Ao serem questionados sobre o que é participação, surgiram diversas formas de expressar e dar significado ao termo. Alguns momentos, percebi apenas olhares de dúvida, outras vezes, ouvi um “não sei” bem espontâneo, ou então “hum, preciso pensar”. Ainda teve quem relacionou a participação com as atividades e experiências do dia a dia da escola.

Constatei, analisando as entrevistas, que a participação foi definida pelos alunos em três diferentes formas. Um primeiro grupo definiu a participação como forma de opinar, de expressar-se, de poder falar e conversar, conforme fica evidenciado no excerto a seguir:

Ketlin: - *É tu poder ter uma opinião para as coisas.*

Gabriel: - *A gente pode falar o que a gente quer.*

Evandro: - *Participação é quando a gente encontra... encontra um grupo e eles pedem para nós e aí a gente concorda e um ajuda o outro, para participar um pouco da vida do outro. Participar é poder conversar sobre as coisas.*

Sofia: - *Tipo, quando a gente tem uma folha grande e daí a gente pode falar e escolher o que vai colocar.*

Jorge: - *Ficar junto com os outros, participando, conversando e pensando em coisas.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Outro grupo de alunos expressou seu entendimento de participação como forma de estar incluído em um grupo. A participação é tida como estar e fazer parte de algo maior.

Jenifer: - *É estar em grupos, não ser excluída das coisas, poder falar e ajudar.*

Alice: - *Participar, para mim, é tipo uma alegria, porque daí eu nunca fico de fora das coisas.*

Manuela: - *É ir e não faltar, não ficar de fora.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Enquanto alguns relacionam a participação como forma de expressar-se e opinar, outros a vinculam ao estar presente como uma obrigação, como é possível observar na fala a seguir:

Maike: - *Ir e não faltar e, tipo, falar ou ligar quando não pode ir.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

De acordo com Bordenave (1995, p. 28), existe um tipo de participação imposta, “[...] no qual o indivíduo é obrigado a fazer parte”. A escola não deixa de ser um desses casos, pois, conforme já citado, os alunos são obrigados a frequentar uma instituição de ensino a partir de uma determinada idade e possuem um compromisso com a frequência nesse espaço. No entanto, existem momentos em que os alunos não querem se envolver ou tomar parte de determinadas decisões da escola. Quando consultados, optam por não participar, no sentido de dar suas sugestões, opiniões e ajudar a decidir. Por exemplo, a situação descrita por uma das alunas a seguir:

Jenifer: - *Na sala, às vezes, a profe até pede como queremos fazer os trabalhos, se em dupla, sozinho ou em grupo, mas daí nem sempre eu estou a fim de ajudar a escolher, os outros escolhem.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Nesse sentido, a participação também pode ser vista como uma prática de liberdade, em que se tem o direito de falar, mas também se tem a opção de não se envolver de forma tão ativa em determinadas situações, como demonstra um dos alunos entrevistados.

Jenifer: - *Ah, às vezes eu acho que é muita coisa, daí eu gosto de ficar mais no meu canto, quieta, mas, às vezes, eu gosto de participar e falar.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

É importante ressaltar que, em muitas situações, a liberdade está ligada à autoridade, pois quando se fala em ter liberdade na escola, surgem questões como a desorganização, bagunça e a falta de comprometimento com a educação. Por isso é incoerente afirmar que, na escola, não existe a autoridade. Castro et al (2010, p. 20) considera que “[...] uma escola sem liberdade se torna uma prisão e, sem autoridade, o lugar da discórdia, onde todos vão estar contra todos”.

No entanto, é preciso ficar alerta para que essa autoridade presente na escola não se estabeleça apenas como forma de obediência às ordens dadas pelo

professor ou diretor. Pude entender na fala de um dos alunos a relação da palavra participação como a palavra obediência, ou seja, percebi em sua fala que a participação é algo vinculado ao controle do adulto em que o sujeito ativo nessa relação é o professor e não o aluno.

Pesquisadora: - *O que é participação?*

Biel: - *A participação não exige muito, é só obedecer.*

Pesquisadora: - *Mas e porque você acha que a participação é isso?*

Biel: - *Porque a professora já tem tudo programado.*

Pesquisador: - *Mas e se vocês auxiliassem a programar as coisas?*

Biel: - *Ao invés de ajudar iria atrapalhar.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

De acordo com Paro (2010), uma educação que impõem conteúdos e modos de agir, de forma autoritária e obediente, ao invés de formar “[...] cidadãos predispostos a agir democraticamente, acaba por contribuir para a formação de *personalidades autoritárias*” (PARO, 2010, p. 61, grifos do autor).

Verifiquei que grande parte dos alunos têm ideias e sugestões sobre a escola e demonstraram o interesse em participar de forma mais ativa, mas não a expressam por diversos motivos, como: medo, por imaginar que ninguém irá ouvi-las, menosprezo ou falta de atenção da parte daquele que ouve.

Pesquisadora: - *Porque você não sugere isso para a professora, para diretora ou para outras pessoas aqui da escola? O que você acha que poderia acontecer?*

Manuela: - *Eu acho que eles não iam dar bola. Às vezes eles [professores e membros da direção] falam alguma coisa, mas é difícil.*

Gabriela: - *Ah, porque eu tenho medo de ganhar bilhete.*

Diego: - *Eles não vão deixar.*

Gabriel: - *Eu não tenho coragem.*

Ana Maria: - *Só para minha colega eu falo, para a professora não porque eu tenho medo que ela me mande bilhete.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Quando questionados sobre a importância da participação na escola, ainda que muitos tenham respondido que tinham medo ou que ninguém os ouviria, a grande parte dos alunos entrevistados afirmou que participar é legal e importante para deixar as atividades mais interessantes.

Um grupo de alunos justificou que gosta de participar, mas que muitas vezes não é convidado, o que demonstra que a participação precisa ser permitida a partir de outra pessoa, geralmente a professora.

Pesquisadora: - *E você gosta de participar das decisões e escolhas na escola?*

Manuela: - *Eu gosto, só que, na maioria das vezes, ninguém pede isso para mim.*

Evandro: - *Sim, só que, às vezes, eu não tenho chance de falar nada.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Aproximar o aluno da escola, envolvê-lo nas decisões que lhe afetarão nesse espaço de relações, trazer a cultura e a história do aluno, por meio de suas vivências, também é um dos significados encontrados para a participação, como vimos no primeiro capítulo. Partindo dessa perspectiva, muitos alunos trouxeram o significado de participação por esse viés, fazendo ligação com sua aprendizagem, como percebi nas falas abaixo.

Pesquisadora: - *Por que é importante e legal participar?*

Talia: - *Porque daí a gente também escolhe o que gosta e quer aprender.*

Ana Maria: - *Seria legal ajudar a escolher as atividades. Porque daí eu acho que fica mais interessante assim, porque tem gente que não sabe e quer aprender e daí ajudar a escolher vai ser mais legal.*

Diego: - *Porque daí eu poderia ajudar e mudar algumas coisas, seria mais legal as aulas.*

Fernando: - *Seria mais legal e porque daí a gente pode aprender mais coisas.*

Evandro: - *Participar é legal porque a gente se ajuda, faz várias coisas juntas.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Analisando a fala dos alunos, constatei que a sua participação na escola acaba se restringindo para dentro da sala de aula e que, ainda assim, é exercida com certo controle, pois quando questionada sobre os momentos de participação, a aluna Ana Maria, descreve a seguinte situação.

Ana Maria: - *Às vezes ela [professora] deixa a gente escolher.*

Pesquisadora: - *O que, por exemplo?*

Ana Maria: - *A data, às vezes ela deixa a gente escolher se quer fazer curta, se não quiser fazer, quer dizer, se quiser fazer não, mas escolher se quer colocar só dia, mês e ano ou escrever por extenso.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Durante as observações, também realizei alguns registros em meu diário de campo que comprovam a visão da escola em relação à liberdade com a autoridade e controle exercido sobre as escolhas dos alunos.

Professora: - *Hoje eu vou pôr a data no quadro e vocês copiam, outros dias, às vezes, vocês terão liberdade para escolher como fazer a data. Vocês já devem estar sentindo que, às vezes, vou dar liberdade para vocês escolherem e outras vezes vocês escolhem, sabem por quê? Para aprender a ouvir e cumprir as ordens, então fiquem atentos, às vezes vocês terão liberdade, mas agora eu vou direcionar [ainda falando da escrita da data e da organização dos materiais]. Quem começar a sublinhar de vermelho a data nesse caderno, vai sempre sublinhar de vermelho nesse caderno.*

(Excertos do diário de campo, 26.02.15)

A participação, como já mencionada, acaba se restringindo à sala de aula e ao cumprimento de regras, no entanto, não basta oferecer educação, momentos de participação e coletividade apenas dentro da sala de aula, pois não é apenas nesse espaço que crianças e jovens aprendem (PARO, 2010). É essa necessidade de experiências também fora da sala de aula que as crianças demonstraram em algumas falas.

Talia: - *Eu queria que a gente tivesse uma pracinha para brincar, até tem pracinha, só que só para o primeiro ano. E eu também queria que colocassem música no nosso recreio.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

O recreio nessa escola é dividido em dois períodos, primeiro acontece o recreio dos alunos do 1º ao 5º ano e, após, ocorre o recreio do 6º ao 9º ano. Apenas no recreio dos alunos dos anos finais é que eles podem escolher músicas para tocar naquele momento e é a isso que o aluno do 5º ano se refere, já que no recreio dos anos iniciais não há música. Então, questiono: por que participar desse momento do recreio é diferente entre anos iniciais e finais? Diante das situações apontadas pela aluna, percebi que a participação acaba se restringindo pela idade.

As crianças que frequentam os primeiros anos da escola são vistas como um “protótipo da condição humana plena” (ARROYO, 2013, p. 212), ou seja, na nossa cultura social e escolar, “o tempo da infância é pensado como indefinido, tempo de passagem para outros tempos geracionais mais definidos, a juventude e a vida adulta” (ARROYO, 2013, p. 212).

Diante disso, retomo a concepção de que precisa haver um tempo preparatório para a participação que ocorrerá no futuro. Nesse caso, a participação dos alunos menores, dos anos iniciais, acaba sendo limitada, pois uma das hipóteses é que não teriam condições e maturidade para isso.

Sabendo que os objetivos da educação estão relacionados ao exercício da cidadania e da democracia, a escola deveria pautar-se nas ações de coletividade e das relações entre indivíduos, e não de forma individual e restrita aos seus iguais (PARO, 2010), apenas aos alunos de mesma idade, por exemplo. De acordo com Paro (2010, p. 68), “se a escola democrática deve envolver a instituição escolar por inteiro, é certo que a organização da escola deve ser de modo a favorecer tal prática democrática, possibilitando a participação de todos nas tomadas de decisão”.

7.2.2 O aluno participativo pelo olhar dos professores e gestores

A partir dos questionários realizados com os professores da escola parceira desta pesquisa, busquei aproximar as respostas dadas pelos professores, a fim de encontrar o que eles entendiam por um aluno participativo. Percebi três perspectivas para a resposta à seguinte pergunta: “O que é ser um aluno participativo?”. Um grupo de professores vinculou o aluno participativo a aquele que demonstra interesse na sala de aula.

P4: - *Que se interessa e busca informações além das vistas [conteúdos já trabalhados] em sala de aula.*

P3: - *É aquele aluno que demonstra interesse e atenção em todas as atividades realizadas.*

P2: - *É aquele que demonstra interesse e está sempre disposto a interagir.*

P1: - *É aquele que se esforça e demonstra interesse pelas atividades propostas.*

(Excertos questionário aplicado com professores)

Outro grupo de professores entende o aluno participativo como aquele vai em busca de conhecimentos.

P6: - *É aquele que contribui para a sua própria construção do conhecimento.*

P5: - *É aquele que contribui com seus conhecimentos e suas vivências, contribui para a construção do conhecimento.*

(Excertos questionário aplicado com professores)

Por fim, outro grupo de professores justifica o aluno participativo como aquele que questiona, opina e interage com o outro e com as situações do dia a dia.

P9: - *Aquele que é questionador e se envolve nos trabalhos, bem como enriquece o trabalho sugerindo assuntos e atividades.*

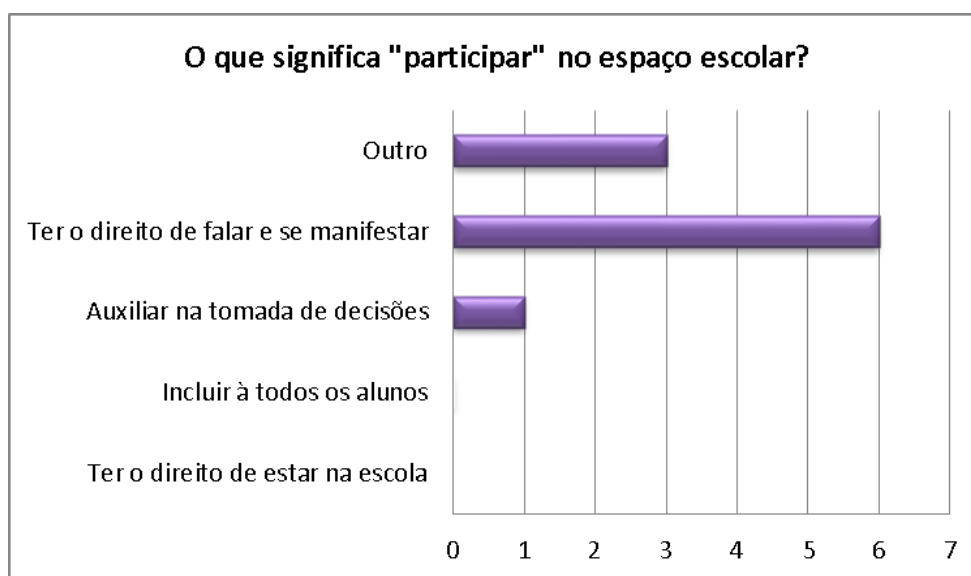
P8: - *Um aluno participativo coloca suas ideias, questiona e está aberto a discuti-las defendendo seus direitos.*

(Excertos questionário aplicado com professores)

Concomitante com as características do aluno participativo, e embasando-se nos referenciais teóricos estudados quanto aos diversos significados que o termo participação assume, questionei aos professores em relação ao significado de “participação discente na escola”.

Como é possível visualizar no gráfico abaixo, a maioria dos professores vinculou a participação do aluno ao direito de falar e se manifestar. Três professores assinalaram a opção “outro” e justificaram que todas as opções (que estão listadas no gráfico) se referem à participação.

Gráfico 1- O que significa “participar” no espaço escolar?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

Como justificativa, os seis respondentes que escolheram “ter o direito de falar e se manifestar” esclarecem que falar, opinar e discutir sobre as questões da escola contribuem para o bom andamento das atividades e do processo pedagógico. Destes, um justifica que é através da conversa que se constrói o processo de

ensino-aprendizagem.

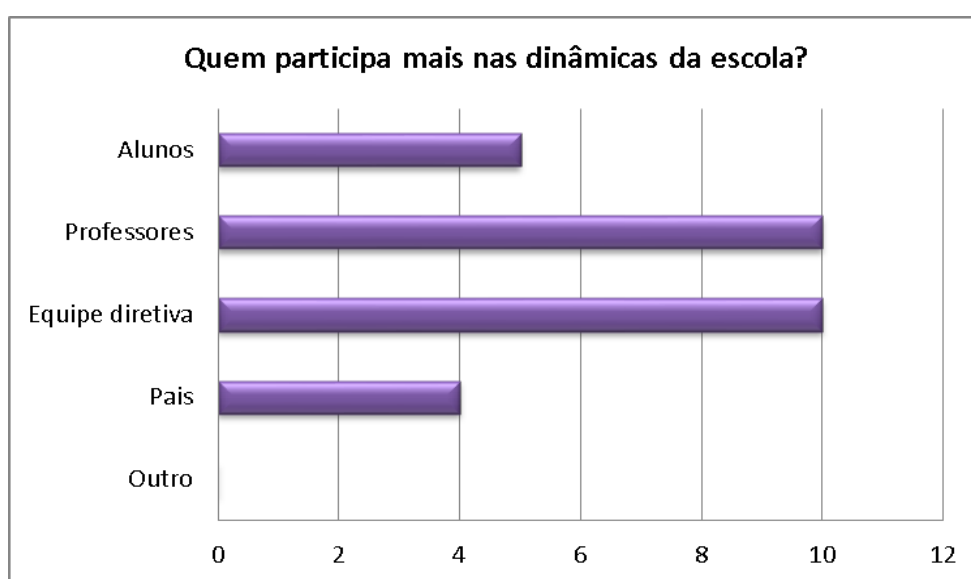
A professora que relacionou a participação à “tomada de decisão” justifica através de sua resposta, que auxiliar nas decisões envolve todos os outros quesitos, como incluir a todos, direito de falar e se manifestar, direito de estar na escola. É possível perceber que a forma com a qual essa professora vê a participação engloba os quesitos que demandam mais e menos envolvimento do aluno. Conforme afirmam Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007), citados no primeiro capítulo, a participação perpassa de um nível menos intenso, em que o indivíduo apenas está presente, até o mais intenso, onde ele toma uma decisão.

P2: - Acredito que esta opção engloba os demais. Tem que se “envolver” 100%.

(Excerto do questionário aplicado com professores)

Por outro lado, quando questionados a respeito de quem participa mais nas dinâmicas da escola, o aluno aparece em terceiro lugar, deixando claro que na escola são os professores e gestores que tomam a maior parte das decisões no espaço escolar.

Gráfico 2 – Quem participa mais nas dinâmicas da escola?

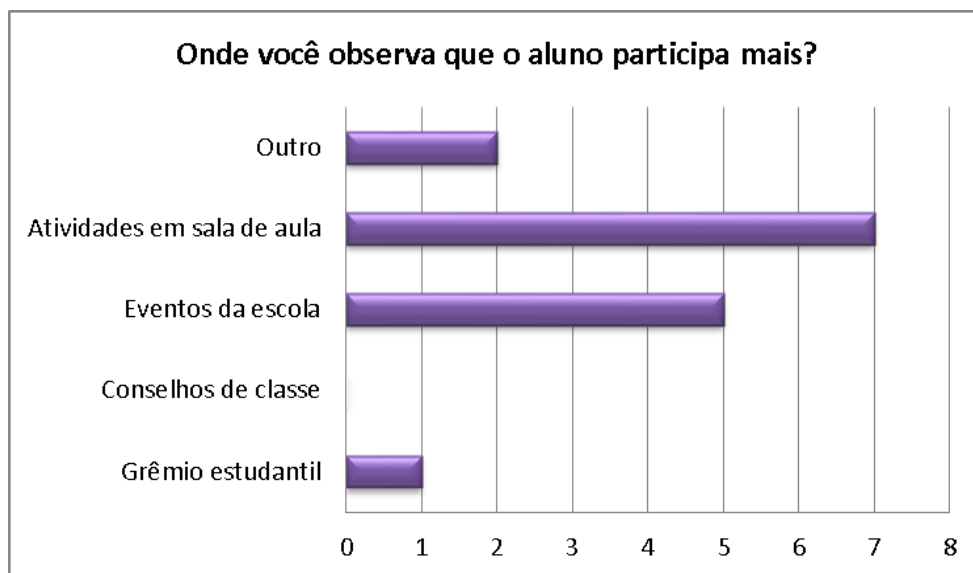


Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

Assim como os alunos demonstraram em suas falas, a participação na escola

acaba se restringindo ao espaço da sala de aula. O gráfico a seguir confirma este dado.

Gráfico 3 - Onde você observa que o aluno participa mais?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

Os eventos da escola são outros momentos propícios à participação, de acordo com os professores, a professora titular e os gestores.

Coordenadora: - Os eventos são um bom exemplo, tem uma tabelinha com comissões de professores que organizam as atividades para eventos. Então, o que acontece, três ou quatro professores sentam e planejam a Páscoa, e daí outro grupo planeja a semana Farroupilha e daí quando eles vão organizar, a coordenação pedagógica faz a orientação de que esse planejamento tem que acontecer de forma participativa. Então tem que ter a parte dos alunos, a parte da família, a parte dos pais, dos professores, então o planejamento é feito de tal forma que todo mundo se envolva. Então os alunos automaticamente vão ter o espaço deles, ou se apresentando, ou E daí todos os eventos têm esse caráter.

(Excerto da entrevista com coordenadora, 14.03.15)

Professora: - *Só quando existem eventos da escola, daí as crianças participam, por exemplo, solidariedade, participar no dia vindo para cá contribuindo com algum material, como ano passado a gente teve, juntamos materiais não perecíveis para entidades carentes. Então, nesse sentido, eles participam também.*

(Excerto da entrevista com professora titular, 13.03.15)

Por outro lado, uma das professoras alega que:

P3: - *Eles [alunos] são a essência da escola, do nosso trabalho... Impossível deixar eles de fora.*

(Excertos questionário aplicado com professores)

Diante disto, questiono: somente nos eventos que os alunos possuem capacidade para participar? Mesmo sabendo que a escola é deles?

É interessante fazer a ligação com o que os alunos responderam sobre os momentos de participação, pois apenas um dos alunos citou os eventos da escola como um momento de participação. Ou seja, percebi que o interesse por participar de decisões que envolvam a escola como um todo é maior do que participar de um evento em uma determinada época do ano. No entanto, é importante deixar claro que a participação dos alunos nos eventos da escola também é uma forma de participação no contexto escolar.

De acordo com Lück et al. (2011), a participação dos pais e alunos vai muito além de participar de eventos e reuniões. Em uma gestão democrática e participativa, os gestores e professores precisam apoiar e mostrar como participar, pois, muitas vezes, tanto os pais como alunos não sabem como participar e, conforme comprovado com as falas dos alunos, não possuem coragem para falar. É por essa e tantas outras razões que Lück et al. (2011) alega que “é necessário educar nossas crianças na democratização e na participação, para formar cidadãos adultos mais preparados a participação ativa, para uma atuação consciente.”

O grêmio estudantil é uma das instâncias de participação discente. No

entanto, conforme a coordenadora, há dificuldade em desenvolver um trabalho efetivo com o grêmio estudantil, pois não há professores interessados ou, então, com carga horária disponível.

Coordenadora: - Temos o grêmio estudantil e ali temos um grande espaço e abertura, eles têm bastante voz, a questão da participação deles bem efetiva. Eu e a supervisora da escola tivemos que orientar o grêmio porque não teve professor com horas sobrando e esse é um grande problema, não tem alguém para acompanhar eles. Daí acabou que o grêmio ficou sem orientador em um determinado período do ano e os alunos têm ideias, têm mil ideias, só basta tu parar, sentar e ouvir. A gente construiu a rádio escola, compramos os equipamentos com o dinheiro do brechó que fizemos, e eles têm a rádio escola em que eles colocam música e as músicas são pedidas pelos alunos. A partir de uma página da rádio no face, eles dão dicas, sugestões, as músicas passam pela nossa avaliação, mas eles já nem precisam mais pedir para gente porque eles já sabem que tipo de música pode e não pode colocar, eles já têm tanta autonomia nisso que eles mesmos já cortam se é uma música que não é adequada a escola.

(Excerto da entrevista com coordenadora, 14.03.15)

As gestoras da escola citaram, em diversos momentos, o interesse em desenvolver um trabalho mais participativo com os alunos, tanto com o grêmio estudantil como com as turmas em um todo. No entanto, encontram dificuldade em relação ao apoio do professor.

Vale destacar que apenas alunos do 6º ano ao 9º ano podem participar do grêmio estudantil, restringindo novamente a participação pela idade. Todavia questiono: e os alunos menores, dos anos iniciais? Não se poderia pensar em uma organização, seja na sala de aula ou em nível de escola, para que os pequenos pudessem se engajar desde cedo?

De acordo com as gestoras, os professores são resistentes quanto à participação dos alunos no contexto escolar e, por isso, os alunos dos anos iniciais acabam ficando de fora de algumas atividades. Ou seja, se os professores não

acreditam no potencial dos alunos, independente da idade, a participação será restrita, pois a orientação e apoio dos professores são essenciais para que os alunos se desenvolvam em atividades participativas e democráticas.

Abaixo seguem excertos das entrevistas com as gestoras, que dão alguns indícios do por que os professores serem resistentes a esses movimentos de participação dos alunos.

Coordenadora: - *A gente precisa aprender a lidar com a resistência do grupo de professores, porque nós fomos formados, a grande maioria passou por uma escola rígida. Então a gente acaba que passa isso.*

(Excerto da entrevista com coordenadora, 14.03.15)

Vice-diretora: - *O professor não foi preparado para isso.* [Para um aluno participativo]

(Excerto da entrevista com vice-diretora, 13.03.15)

As duas gestoras entrevistadas entendem que um aluno participativo é aquele que faz parte, questiona e está de acordo com as situações do dia a dia escolar. A partir disso, as gestoras das escolas iniciaram um trabalho chamado de “círculos de conversa”, em que os gestores entram na sala de aula e conversam com professores e alunos, a fim de ouvi-los sobre as dificuldades e sugestões para a escola e desenvolvem dinâmicas para que se fortaleça a confiança e a conversa entre alunos, professores e gestores.

Vice-diretora: - [O aluno participativo] *É aquele que sabe vir conversar e questionar as coisas de forma não a criticar, mas de forma a colaborar, a dar novas sugestões e melhorar o que já está sendo feito, porque não existe acerto sempre, existe o erro e o acerto se faz através do erro.*

(Excerto da entrevista com vice-diretora, 13.03.15)

Coordenadora: - *É quando ele se sente parte do lugar onde ele está, ele precisa se sentir parte desse lugar onde ele está, assim como eu, na minha função, tenho que me sentir parte e responsável por isso aqui. Se não eu não faço meu trabalho do jeito que eu faço, eu faço de qualquer jeito. Então, assim, um aluno participativo é esse, que quer se envolver, que quer que a escola seja um lugar bom, que quer que as coisas andem bem ele quer dar ideias. A gente tem casos que a gente luta, luta e luta, mas eles não querem, ficam a parte, não querem saber. Às vezes a gente consegue.*

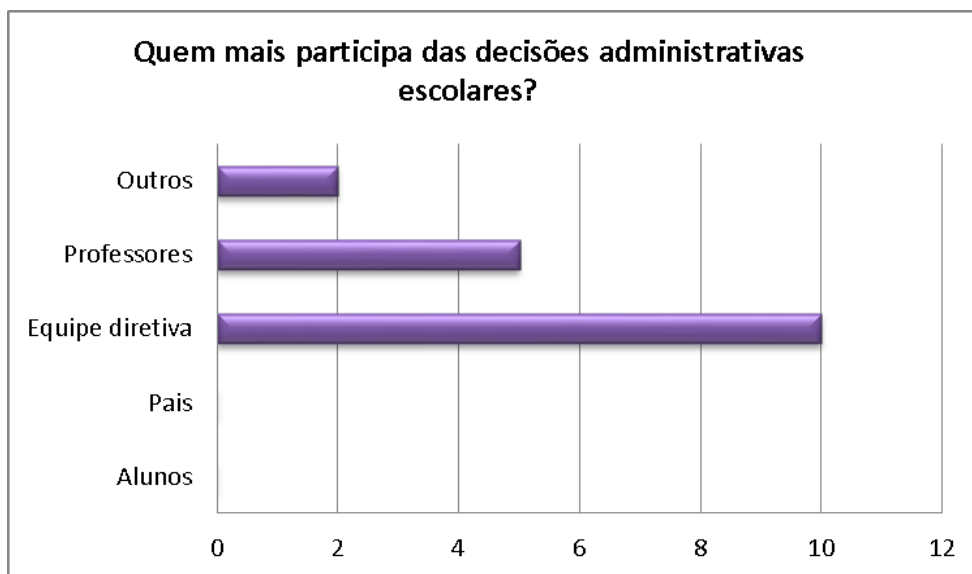
(Excerto da entrevista com coordenadora, 14.03.15)

As gestoras tiveram essa iniciativa, de realizar o trabalho 'círculos de conversa', pois muitas situações que poderiam ser resolvidas em sala de aula com professor e colegas eram levadas para a "sala da diretora", como intrigas entre colegas, problemas de indisciplina na sala de aula e falta de respeito aos colegas e aos professores. As gestoras entrevistadas acreditam que determinados assuntos precisam ser resolvidos na hora do ocorrido, com todos os envolvidos e não simplesmente ser levado à direção da escola na esperança de que determinadas situações não ocorram novamente.

7.2.3 A participação estudantil na esfera administrativa

Em relação às decisões e à participação estudantil na administração da escola, os próprios professores e gestores confirmaram que não ocorre. Através do gráfico abaixo, que ilustra as respostas dos professores quanto a essa questão, demonstro que, em nenhum momento, a presença do aluno foi citada. Os dois respondentes que marcaram a opção "outros", referiam-se ao conselho escolar.

Gráfico 4 – Quem mais participa das decisões administrativas escolares?



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2015).

Nesse quesito ficou claro, através da justificativa dos professores, que os alunos não têm condições de auxiliar nas questões administrativas, que cada um possui uma função na escola e que o aluno não deve se envolver nessa etapa.

P9: - *Porque são decisões, são pertinentes a equipe diretiva.*

(Excertos questionário aplicado com professores)

As decisões que envolvem as situações da escola cabem somente à equipe diretiva? E os alunos e professores que vivenciam diariamente as condições da escola?

A escola não é um local pronto e acabado, está em constante mudança e construção. Lück (2006) afirma que o trabalho geral da escola, com o tempo, foi sendo fragmentado em determinadas funções, distorcendo a ideia de compartilhamento de tarefas. Nesse caso, levando em consideração o que os professores apontam sobre a participação estudantil nas questões administrativas, é possível perceber que a gestão da escola acaba se restringindo aos gestores e professores, deixando os alunos de fora dessa tarefa, mesmo que fosse para se manter a par da situação financeira e de recursos da escola.

De acordo com Lück (2006, p. 70), mesmo que cada integrante tenha seu

papel na escola, é preciso sempre considerar o todo, “a responsabilidade geral que dá sentido à ação específica de cada um”. Ou seja, é preciso considerar a visão de todos os envolvidos com o contexto escolar. Não é porque o aluno está no papel de aprendiz que ele não pode se envolver nas questões pedagógicas e administrativas.

Os alunos vivenciam diariamente as situações da escola, não somente professores e gestores. Diante disso, são discutíveis alguns argumentos, como os citados por alguns professores nos seguintes questionários, que dão a entender que somente gestores e professores estão engajados na escola.

P3: - *Por estarem [gestores] mais “por dentro” das reais condições e situações que exigem tomada de atitudes.*

P4: - *A equipe diretiva é responsável pela tomada de decisão, os professores são consultados sobre assuntos pertinentes.*

P2: - *Cada um faz sua parte. As questões administrativas cabem a esses segmentos (professores e equipe diretiva).*

(Excertos questionário aplicado com professores)

Em uma gestão participativa, todos sabem das reais condições da escola, pois essa abordagem visa à descentralização do poder e o compartilhamento de tarefas, envolvendo a todos nas decisões da escola (LÜCK et al., 2011). Diante disso, cabe aos responsáveis pela gestão escolar,

[...] promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena, no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência crítica e sentido de cidadania (LÜCK et al., 2011, p. 20).

É importante salientar que a participação ativa dos alunos não é algo imposto em um dia por gestores, por exemplo, e no outro irá acontecer de forma plena. A participação dos alunos ocorrerá de forma gradual, aos poucos. As atitudes diárias de professores, gestores e alunos irão permitir que a participação seja algo que irá acontecendo naturalmente no contexto escolar, mesmo que isso leve tempo para acontecer.

A escola investigada vem apresentando alguns movimentos que caminham nessa direção, como o incentivo ao Grêmio Estudantil, os círculos de conversa, os blogs nas redes sociais da escola, que são administrados pelos alunos, e a organização do recreio. Ainda que alguns desses movimentos sejam restritos à idade ou ao espaço, eles são indícios de que a escola caminha no rumo de um espaço mais participativo.

Ainda que muitas vezes o aluno seja subestimado quanto a sua visão do todo da escola, muitos dos alunos sentem necessidades e percebem situações do dia a dia da escola que interferem no coletivo. Quando os alunos foram questionados se gostariam de modificar alguma coisa na escola, um deles, sem excitar, respondeu:

Gabriel: - *Eu gostaria que mudassem o telhado porque tem goteira quando chove.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

Nesse sentido, não se pode negar as contribuições dos alunos, pois eles também estão no dia a dia da escola e fazem parte desse contexto. Uma das alunas entrevistadas demonstra essa necessidade de sentir-se parte e ser ouvida pela gestão da escola.

Alice: - *Sei lá, porque é uma reclamação e tem que ser ajeitado [fazendo relação às sugestões dos alunos sobre a escola, telhado, praça, música no recreio [...], tem que ser arrumado. A escola é nossa e a gente tem que ter um conforto.*

(Excertos da entrevista com alunos, 07.04.15)

E diante dessa afirmação, trago as palavras de Paro (2010, p. 69) acerca dos alunos como essência da escola. Ele afirma que os alunos não podem ser apenas mais um dos setores a serem organizados ou eventualmente consultados, porque são “o grupo que representa a razão de ser da própria escola e de seu funcionamento”. A participação dos alunos não pode ser separada da atividade cotidiana escolar, é preciso torná-la parte intrínseca da educação, da escola, em

uma parceira com professores e gestores, de tal forma que todos se responsabilizem pelos objetivos da escola (PARO, 2010).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não quero encerrar essa pesquisa utilizando-me de apenas uma conclusão a respeito do tema investigado, até porque meu objetivo não é encerrar todas as possibilidades da participação estudantil no espaço escolar, se é que isso é possível.

Momentos de reflexão, dúvida, questionamentos, (in)certezas sobre as questões que permeiam a participação dos alunos neste espaço, que possui anos de história, me acompanharam ao longo de toda pesquisa. E que, de certa forma, ainda continuam me instigando a pensar sobre o tema.

Ao findar o presente trabalho, é imprescindível resgatar alguns elementos que foram primordiais para compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola investigada. Diante disso, elenco alguns pontos que mais se destacaram ao longo desta investigação.

Após analisar todo material coletado durante a pesquisa, percebo que inúmeras possibilidades, interpretações e significações foram dadas a participação no contexto escolar, impossibilitando que seja dado um único significado. No entanto, a presente pesquisa permitiu que eu compreendesse a participação como uma forma do exercício da cidadania e da democracia, que se apresenta com um direito de todo sujeito social do nosso país.

Já nos primeiros dias de observação, percebi que a participação é vista como algo que ocorrerá no futuro, pois, segundo os dados coletados na pesquisa de campo, para participar é preciso um tempo de preparação e amadurecimento, ou

seja, é preciso se preparar na escola hoje, para participar na sociedade quando adulto. Diante disso, percebo que a escola possui uma visão adultocêntrica, com a finalidade é preparar o aluno, ainda criança, para o papel de futuro adulto. Nessa perspectiva, se a escola perceber o aluno enquanto sujeito capaz de participar das questões do dia a dia da instituição e não apenas como futuro adulto, o objetivo de prepará-lo para o futuro, ainda que implícito, deve ser problematizado (CASTRO et al, 2010).

Diante das narrativas dos alunos, observei basicamente três significados para a palavra participação, sendo eles: forma de expressão e opinião; pertencer e estar incluído ao grupo; e, ainda, o de estar presente como uma obrigação, controle.

De acordo com as entrevistas dos alunos, ter o direito de falar, expressando seus anseios e curiosidades é uma forma de participar da vida cotidiana da escola. Esse significado, dado por alguns dos alunos, está vinculado ao exercício da cidadania e da democracia, conceitos que se relacionam com a participação. E, é diante dessa necessidade levantada pelos próprios alunos, que trago as palavras de Dubet (1997), quando afirma que a escola deveria aprofundar o trabalho educativo em uma democracia escolar, em que todos são responsáveis pelo desenvolvimento da escola.

Outros alunos vincularam a participação ao fato de pertencer e estar incluído e este é um dos fatores que não se dissocia do citado anteriormente, pois para falar, se expressar e auxiliar na tomada de decisões, por exemplo, é preciso que o indivíduo faça parte e vivencie as situações desse grupo.

Por fim, percebi que o controle é uma das situações que caminha lado a lado com a liberdade e, de certa forma, com a participação, visto que não só a frequência do aluno, como também seu desenvolvimento e sua forma de expressão na escola são controladas, por meio de registros, avaliações, crachá para sair da sala, entre outros. Mais uma vez, reitero que não sou contra o controle e a disciplina na escola, pois todo local onde há o coletivo, precisa haver regras e organização. Entretanto, procuro refletir sobre a maneira como ela ocorre.

Percebi, através das falas dos alunos, que eles têm muito a falar e sugerir na escola, mas não se expressam por medo de que os professores não irão aprovar ou,

então, porque ninguém irá ouvi-los. Desta forma, constatei que, na visão dos alunos, para auxiliar na tomada de decisões, por exemplo, eles precisam ser convidados pelo professor ou pelos gestores, ou seja, é preciso primeiro a aprovação para que depois estes participem.

Porém, por outro lado, a grande maioria dos professores, de acordo com uma das gestoras entrevistada, tiveram uma formação rígida e, por isso, acabam sendo resistentes a mudanças. Uma das gestoras ainda alega que o professor não foi preparado para trabalhar e desenvolver uma prática em que o aluno seja valorizado de forma participativa.

Os alunos afirmaram, ainda, que a participação também é uma forma de inclusão, conforme constatei na pesquisa bibliográfica sobre o termo participação. De acordo com os alunos, participar é bom e importante, porque, assim, eles poderão sugerir e incluir situações de seu interesse e de seu dia a dia nas práticas escolares.

Através das observações e entrevistas, posso concluir que a participação é restrita não somente à idade, conforme consta nas análises do trabalho, mas também ao espaço da sala de aula. Diante disso, questiono: se a escola é espaço de coletividade, o qual se baseia nos princípios da cidadania, não teriam os alunos que se relacionar e conviver com o coletivo?

Já o grupo de professores entende que a participação é demonstrar interesse; ir em busca de conhecimento; opinar, questionar e interagir sobre as práticas escolares. Confirmam, ainda, a minha constatação sobre participação ser restrita à sala de aula, pois a grande maioria alegou que o aluno participa mais nas atividades em sala de aula e eventos escolares, algo que os alunos praticamente não citaram durante a entrevista, demonstrando que sentem a necessidade de participar para além de situações esporádicas e específicas.

Administrativamente, ficou evidente na fala dos professores e gestores que o aluno não tem participação. De acordo, com os entrevistados, professores e gestores, essa é uma questão pertinente à direção da escola, que é quem conhece a real necessidade da escola. No entanto, se a escola possui a função de formar cidadãos que ajam de forma democrática na vida social, é necessário coerência

entre o discurso e realidade, o que exige uma reorganização na administração e no plano didático-pedagógico da escola (PARO, 2007).

E, com isso, constatei que, se quer a participação dos alunos em determinadas situações, porém, por outro lado, os professores e gestores não discutem que tipo de participação querem deles, pois, conforme os próprios alunos, os professores levam tudo planejado e, somente, a partir disso, que em determinadas situações a participação poderá ocorrer. Nesse sentido, vejo que é de extrema importância discutir questões relacionadas à participação estudantil na escola, para que se tenha claro o que se deseja do aluno e que esse entenda de que forma contribuir para esse espaço que também pertence a ele.

Por fim, entendo que, para que haja participação estudantil nas questões administrativas da escola, a participação precisa perpassar, de antemão, as questões metodológicas e pedagógicas da escola. Assim, caminhará para a democratização plena, em prol da participação, sem restrições rígidas, dos alunos.

Concluo que a participação estudantil no espaço escolar perpassa uma organização social e histórica, que está sempre em construção. Portanto, não se pode determinar que tipo de participação deve ou não existir na escola, pois isso não é algo fechado e acabado (BENEVIDES, 1991). Contudo, acredito no aluno como um sujeito ativo, que tem condições de participar e contribuir para a coletividade na qual se faz presente, em detrimentos de seus interesses e direitos e, a partir do momento em que professores, gestores e toda comunidade virem-no como um sujeito ativo, acredito que sua participação no contexto escolar evoluirá.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ARIÈS, Philippe. **A história Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8.069, de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 11 out. 2014.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - Lei nº 9394/96, de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Lucia Rabello de (Coord.). **Falatório**: participação e democracia na escola. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010.

COSTA, Marisa V. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, Marisa V. et al. **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 16, n. 47, p. 289-305, maio/ago. 2011.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. **Revista Espaço aberto**, [S.l.], n. 6, p. 222-231. 1997.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **A educação na Cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GALLO, Sílvio (Org.). **Ética e cidadania**: Caminhos da filosofia. 16. ed. Campinas: Papirus, 2008.

GESTÃO democrática: a escola e o sistema, da série Gestão da escola. **Salto para o futuro – TV Escola**. Apresentação Bárbara Pereira. Edição: Paulo Rice. Direção Telma Monteiro. Participação de Maria Beatriz Luce. [S.l., s.d.].

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

HERBET, Sérgio Pedro, Cidadania. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; LITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 67- 68, 2010.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LÜCK, Heloísa, et al. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa**: uma questão paradigmática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINS, Rosilda Baron. Educação para a cidadania: o projeto político-pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Escola**: espaço de projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SÁ, Virgínio. A (não) participação dos pais na escola: a eloquência das ausências. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança**. Lisboa: Instituto Piaget, 1988.

VARELA, Julia. ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria escolar. In: **Teoria & Educação**. São Paulo: [s.n.], n. 6, p. 68-96, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. As instâncias colegiadas da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Escola**: espaço de projeto político-pedagógico. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **A escola tem futuro?** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p.

97-118, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. Escola contemporânea: o desafio do enfrentamento de novos papéis, funções e compromissos. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana. (Orgs.). **Pedagogias sem fronteiras**. Canoas: Ulbra, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de consentimento dos alunos

<p>Centro Universitário UNIVATES</p> <p>Curso de Pedagogia</p> <p>Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Pesquisadora: Emanuelli Luisa Johann</p> <p>Orientadora: Ms. Danise Vivian</p>

MEU CONSENTIMENTO PARA PESQUISA

Eu _____ aceito participar do trabalho de pesquisa “As representações de participação estudantil no espaço escolar”, da estudante de Pedagogia Emanuelli Luisa Johann, do Centro Universitário UNIVATES que será sobre a participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola.

Ficou combinado que nossas conversas serão gravadas e que a pesquisadora irá observar a nossa sala, nossos colegas e professora. Sei que toda pesquisa será apenas para trabalhos acadêmicos e que meu nome não será divulgado.

_____	_____
Assinatura do Responsável	Pesquisadora Emanuelli Luisa Johann

Que nome gostaria de usar para essa pesquisa? _____

APÊNDICE B – Termo de consentimento dos pais/responsáveis

<p>Centro Universitário UNIVATES</p> <p>Curso de Pedagogia</p> <p>Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Pesquisadora: Emanuelli Luisa Johann</p> <p>Orientadora: Ms. Danise Vivian</p>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa, intitulada “As representações de participação estudantil no espaço escolar” tem como objetivo principal compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Os dados serão gerados a partir de observações de aula, questionários e entrevistas com os alunos da turma de 5º ano, professores e equipe diretiva da Escola XXXXXXXXXX. Estes dados serão utilizados para produção do Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Pedagogia, da UNIVATES, pela acadêmica Emanuelli Luisa Johann, orientado pela professora Ms. Danise Vivian.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo _____ meu/minha _____ filha(o) _____ a participar dessa pesquisa. Fui devidamente informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos relacionados à pesquisa;
- Da garantia de retirar meu consentimento a qualquer momento, deixar de participar do estudo;
- Da garantia de que as informações obtidas serão utilizadas apenas para

fins desta pesquisa e dos trabalhos científicos que dela resultarão.

- Não receberei qualquer benefício financeiro ou material;

Qualquer dúvida ou esclarecimento poderá ser obtido através do e-mail emanueli.johann@gmail.com

Ficaram claros para mim, os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de esclarecimentos permanentes.

Lajeado, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do responsável

Pesquisadora Emanuéli Luisa Johann

APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Entrevista com equipe diretiva da escola

- 1- Como a escola organiza o trabalho educativo ao longo do ano? Como pensam e dão início as atividades? Quem se envolve nessa organização?
- 2- Quais são as participações de cada um dos atores/sujeitos da escola nas decisões que envolvem a escola?
- 3- Que tipo de participação os alunos tem nas decisões pedagógicas da escola? E administrativas? Como? (Citar movimentos dessa participação).
- 4- Você acha positivo o envolvimento dos alunos nessas decisões? Por quê?
- 5- Elenque algumas formas de participação dos alunos nas práticas da escola.
- 6- O que é um aluno participativo?

Entrevista com a professora

- 1- Como a você organiza as atividades pedagógicas ao longo do ano letivo?
- 2- Qual a participação dos alunos na organização desse trabalho?
- 3- Que tipo de participação os alunos tem nas decisões pedagógicas da escola? E administrativas? (Citar movimentos dessa participação).
- 4- Você acha positivo o envolvimento dos alunos nessas decisões? Por quê?
- 5- Elenque algumas formas de participação dos alunos nas práticas da escola.
- 6- O que é um aluno participativo?

Entrevista alunos

- 1- O que você mais gosta na escola? O que acha importante mudar na escola? Já falou isso para alguém aqui (coordenadora, professores, diretora)? Qual a função da escola para você?
- 2- O que é participar?
- 3- De que maneira você participa das atividades da escola?
- 4- Você já participou de alguma decisão do dia a dia da escola? O que? É legal participar dessas decisões?
- 5- Gosta de quando te convidam a participar de decisões para escolher certas coisas?

APÊNDICE D – Termo de consentimento de professores e equipe diretiva

<p>Centro Universitário UNIVATES</p> <p>Curso de Pedagogia</p> <p>Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Pesquisadora: Emanuelli Luisa Johann</p> <p>Orientadora: Ms. Danise Vivian</p>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa, intitulada “As representações de participação estudantil no espaço escolar” tem como objetivo principal compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Os dados serão gerados a partir de observações de aula, questionários e entrevistas com os alunos da turma de 5º ano, professores e equipe diretiva da Escola XXXXXXXX. Estes dados serão utilizados para produção do Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Pedagogia, da UNIVATES, pela acadêmica Emanuelli Luisa Johann, orientado pela professora Ms. Danise Vivian.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que aceito participar dessa pesquisa. Fui devidamente informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos relacionados à pesquisa;
- Da garantia de retirar meu consentimento a qualquer momento, deixar de participar do estudo;
- Da garantia de que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins desta pesquisa e dos trabalhos científicos que dela resultarão.
- Não receberei qualquer benefício financeiro ou material;

Qualquer dúvida ou esclarecimento poderá ser obtido através do e-mail emanueli.johann@gmail.com

Ficaram claros para mim, os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de esclarecimentos permanentes.

Lajeado, _____ de _____ de 2015.

Assinatura

Pesquisadora Emanuelli Luisa Johann

APÊNDICE E – Roteiro dos questionários

<p>Centro Universitário UNIVATES</p> <p>Curso de Pedagogia</p> <p>Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso</p> <p>Pesquisadora: Emanuelli Luisa Johann Orientadora: Ms. Danise Vivian</p>

A presente pesquisa, intitulada, provisoriamente, “As representações de participação estudantil no espaço escolar” tem como objetivo principal compreender como ocorre o processo de participação dos alunos nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Os dados serão gerados a partir de observações de aula, questionários e entrevistas com professores e equipe diretiva da Escola XXXXXX, Lajeado/RS. Estes dados serão utilizados para produção do Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Pedagogia, da Univates. Os dados deste questionário serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. Este questionário não será identificado e a identidade dos participantes permanecerá em sigilo.

QUESTIONÁRIO

1) Há quanto tempo você já atua como professor na educação básica?

() De 1 a 3 anos () De 4 a 6 anos () Mais de 7 anos

2) Há quanto tempo atua nesta escola? _____

3) Para você, o que significa “participar” no espaço escolar? Ou seja, quando falamos em participação no contexto escolar, estamos nos referindo a: (Escolha uma das opções e justifique)

() Ter o direito de estar na escola:

() Incluir à todos os alunos:

() Ter o direito de falar e se manifestar:

() Auxiliar na tomada de decisões:

() Outro:

4) Quem participa mais das dinâmicas da escola (atividades, propostas educativas, organização do trabalho pedagógico)? Por quê? (Múltipla escolha)

() alunos () pais () equipe diretiva () professores ()
Outro: _____

5) Quem mais participa das decisões administrativas? Por quê? (Múltipla escolha)

() alunos () pais () equipe diretiva () professores ()
Outro: _____

6) O que é um aluno participativo?

7) Você acha que os alunos, nesta escola, são participativos? Por quê?

() sim () não

8) Você se sente participativo na construção da escola? Por quê?

9) Você acha importante a participação dos alunos nas atividades pedagógicas e administrativas da escola? Por quê?

() sim () não

10) Onde você observa que o aluno participa mais? (Escolha uma das opções)

() Grêmios estudantis () Conselhos de classe () Eventos da escola

() Atividades em sala de aula () Outro:

Muito obrigada!
Emanuelli Luisa Johann